



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL



**“Invasões nas Favelas”: Uma análise sobre a Política de (In)
Segurança Pública no Rio de Janeiro**

ANA PAULA SALUSTRIANO

RIO DE JANEIRO

Fevereiro de 2008

ANA PAULA SALUSTRIANO

“Invasões nas Favelas”: Uma análise sobre a Política de (In)
Segurança Pública no Rio de Janeiro

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Mariléia Franco Marinho Inoue

RIO DE JANEIRO

Fevereiro de 2008

**“Invasões nas Favelas”: Uma análise sobre a Política de (In)
Segurança Pública no Rio de Janeiro**

Autora:

Ana Paula Salustriano

Orientador:

Profª Drª Mariléia Franco Marinho Inoue

Examinadores:

Profº Drº Ricardo Rezende

Profª Drª Ana Izabel de Carvalho Pelegrino

Departamento de Fundamentos do Serviço Social

Escola de Serviço Social – UFRJ

Rio de Janeiro, RJ – Brasil.

Fevereiro de 2008

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo privilégio de conhecê-lo e, porque tem me guardado e ajudado a conquistar meus sonhos em todos os momentos da minha vida.

À minha mãe, Ana, pelo amor, incentivo e seu imenso carinho, que sempre me ajudaram a superar as adversidades, principalmente nestes cinco anos de graduação.

Ao meu Pai, Geraldo, que sempre foi e é um exemplo de superação, que apesar das dificuldades nos criou da melhor forma possível.

Aos meus irmãos queridos Júnior e Fernando pelo apoio dado sempre, cada qual a seu modo, mas que fizeram e fazem a diferença na minha vida.

À minha cunhada Michelle pelo carinho e às minhas sobrinhas Agatha e Fernanda pela doçura, e alegria...

À minha orientadora Mariléia Inoue, pelo incentivo ao longo da graduação, tanto nas disciplinas por ela ministradas, como pelo privilégio que tive de ser por ela orientada neste Trabalho de Conclusão de Curso.

À Letícia companheira de estágio pela amizade e o apoio em todas as horas.

À Miriam pelo apoio na redação final deste trabalho.

Aos funcionários da Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro pela paciência e apoio durante as pesquisas.

Aos meus amigos e amigas os quais pude compartilhar este sonho: Ana Soeiro, Adriana, Bianca, Rejanía, Raquel, Maria Carolina, Camila, Carol, Peter, Luana, Denise, Joelma, Andréia, Alessandra, Anastácia.

Cidade Partida

(Cidade Negra)

(Da Gama, B. Farias, Lazão, T. Garrido, D.Quental)

“Na cidade todo mundo fala

A violência é uma roleta russa

Não escolhe a vítima

Em toda parte é igual

Na hora errada, em qualquer lugar

O mundo é um quintal

Sou artista, sou pobre, sou negro, sou pai

Sou patrão, operário, criança

Sou vítima da cidade partida

Eu não vou ficar a esperar a minha vez

Eu quero andar pelas ruas livre

Tenho direito à justiça, liberdade, proteção

Não quero mais, amor,

Viver exilado, sem consciência

Meu coração é de paz

Mas não agüenta mais violência

Basta, quanto silêncio, esse frio,

O sangue mancha a encosta verde do Rio

As cidades tratam de suas misérias

Como quem trata uma praga

Que não pára de crescer

Enquanto os ricos

Não olharem para ela

Será sempre uma panela

Que a pressão faz explodir”.

SALUSTRIANO, Ana Paula. **“Invasões nas Favelas”:** Uma análise sobre a Política de (In) Segurança Pública no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

RESUMO

O presente trabalho visa analisar o discurso por trás da Política de Segurança Pública do Rio de Janeiro, implementada desde a década de 1990, e que tencionamos -a partir da visão dos governantes e também da população envolvida e, tendo por fonte principal a imprensa escrita - dar destaque para as chamadas incursões policiais nas comunidades empobrecidas. Pretendemos analisar os processos históricos que levaram a um crescente processo de “exclusão” da maioria da população, a partir da reflexão acerca dos discursos utilizados pelo poder público e pela sociedade em geral, com destaque para as influências advindas da criminologia. E, finalmente, procuraremos desconstruir os discursos formados pela sociedade, que têm promovido a criminalização das populações em situação de pobreza, sobretudo as residentes em áreas de “risco”, ressaltando a importância de serem feitas mudanças substantivas na vida social que sejam promovidas pelo Estado, e que visem minorar os efeitos das desigualdades na sociedade brasileira, que está dentro do contexto de contradições inerentes ao Modo de Produção Capitalista.

LISTA DE SIGLAS

ALERJ – Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BOPE – Batalhão de Operações Especiais

BPM - Batalhão da Polícia Militar

CESEC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos

DP – Delegacia de Polícia

FMI – Fundo Monetário Internacional

GETAM – Grupamento Tático Móvel

ISP – Instituto de Segurança Pública

MPC - Modo de Produção Capitalista

OEA – Organização dos Estados Americanos

PF – Polícia Federal

PM – Polícia Militar

UCAM – Universidade Cândido Mendes

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA	12
1.1- O Processo de Urbanização do Rio de Janeiro e a Instituição Policial	12
1.2 - Violência, Criminalidade e “Estigmatização” da Pobreza	17
1.3 – O Surgimento da Criminologia, suas influências na Política Criminal e os efeitos da criminalização da pobreza	20
CAPÍTULO II: O NEOLIBERALISMO, A REFILANTROPIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA E O RECRUDESCIMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS “POBRES”	29
CAPÍTULO III: O QUE UM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO DIZ SOBRE A “OCUPAÇÃO” DAS FAVELAS COM FORÇAS MILITARES	41
À GUIA DE CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	66

INTRODUÇÃO

Neste estudo temos a pretensão de discutir a respeito da criminalização da pobreza, a partir da proposta de intervenção das polícias nas comunidades empobrecidas, pelo olhar da imprensa escrita. Assim, ao abordar esta questão mais ampla discorreremos a respeito das comunidades que sofreram incursões policiais nos últimos dez anos, além de analisar as tentativas de validação no discurso para as “ocupações” militares, num cenário da Política de Segurança Pública e dos processos de desenvolvimento da Violência Institucional.

A metodologia se deu basicamente com pesquisa documental no jornal O Globo, cujas reportagens foram analisadas com enfoque nas argumentações de autores que vêm trabalhando e contribuindo para a explicitação do tema proposto. O período analisado cobre 10 (dez) anos, para fins de análise desta pesquisa. Foram escolhidos pelo menos dois meses do ano: junho e dezembro, tendo por base, então, o último mês de cada semestre.

A relevância da temática proposta encontra-se na necessidade de se pensar o tratamento que o Estado impõe às populações empobrecidas, criando formas de abordagens que desrespeitam os direitos dos que vivem em “áreas de risco”. Em nome do combate ao Tráfico de Drogas, se estende a violência, principalmente a impetrada pelo Estado, contra os que vivem nestes locais, onde supostamente estão os criminosos, ou pelo menos a parte visível deles, conhecidos por facções que ocupam geograficamente a cidade, fragmentando-a e dominando-a.

Procuramos por meio deste trabalho, buscar uma reflexão a respeito da Violência Institucional (que é a violência cometida por órgãos e agentes públicos que deveriam se esforçar para proteger e defender os cidadãos e não agredi-los e violentá-los), e dos discursos em torno da política criminal imposta pelo Estado nestes últimos anos; que vem reforçando a lógica da criminalização da pobreza, que insiste em relacionar a questão da criminalidade às populações de “baixa renda”.

Objetivamos identificar na criminologia, os vários discursos que fundamentam a ação do Estado, que através de seus aparelhos de repressão, utiliza-se do consenso e da coerção, para atuar em áreas chamadas de “risco”; através de uma intervenção negativa que irá justificar e incentivar a utilização dos blindados, e a gratificação por bravura de policiais, relacionando a ação violenta destes com uma atuação eficiente.

Neste complexo circuito vê-se a necessidade de consolidar a especificidade da prática profissional do Serviço Social como viabilizadora dos Direitos Humanos, da equidade e da justiça social, assegurados em nosso Código de Ética Profissional; de forma que busque uma interlocução com outros profissionais e com a sociedade em geral para a construção de alternativas às “antigas” e “novas” demandas profissionais. Neste sentido para ultrapassar uma visão tarefista-burocrática, faz-se imprescindível uma ação investigativa, bem como o combate aos subjetivismos, que visam psicologizar as respostas profissionais (Guerra, 2005).

No capítulo I, trabalharemos A Criminalização da Pobreza, a partir de uma análise da atuação da Instituição Policial desde sua gênese até aos dias atuais; falaremos sobre o surgimento da “favela” e sobre a discriminação promovida pelos discursos e ações direcionados aos residentes nas comunidades empobrecidas desde seu surgimento, buscando uma reflexão sob a luz da criminologia.

No Capítulo II, O Neoliberalismo, a Refilantropização da Assistência e o Recrudescimento da Violência contra os Pobres, buscaremos refletir acerca da chamada “crise” do Capital na década de 1970 e a partir daí, a implementação das medidas neoliberais nos países capitalistas. Trataremos também das saídas encontradas pelo Capital para desonerar o Estado *burguês*, transferindo as responsabilidades da gestão das “expressões da questão social” à sociedade civil, e, por último, discutiremos acerca do “endurecimento” das medidas repressivas voltadas à população empobrecida residente nas chamadas “áreas de risco” da cidade do Rio de Janeiro.

No Capítulo III, discutiremos acerca do que um Jornal de Grande Circulação diz sobre a Ocupação das Favelas com Forças Militares, por meio de uma análise

dos discursos dos moradores destas áreas e das autoridades competentes na área da Segurança Pública. Buscaremos proporcionar ao leitor informações sobre as ações da polícia no período compreendido entre 1996 a 2006, nas incursões em morros e favelas do Rio de Janeiro, verificando as ações empreendidas pelas autoridades, conforme proposto, de diminuição da criminalidade, tendo por foco o “comércio ilegal de drogas”.

CAPÍTULO I - A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

1.1 – O Processo de Urbanização do Rio de Janeiro e a Instituição Policial

Verificamos, através de leituras feitas sobre o processo de urbanização do Rio de Janeiro no início do século XX, da chamada reforma urbana implementada pelo então prefeito do Distrito Federal, Pereira Passos, um processo de segregação direcionado às parcelas empobrecidas da população fluminense. Através da desapropriação imobiliária, diversas famílias foram expulsas de suas habitações no centro da cidade do Rio de Janeiro, e passaram a morar em cortiços, ou se mudaram para os subúrbios e morros que circundavam a Cidade.

Percebia-se, desta forma, um aumento dos roubos, assaltos, arrombamentos, homicídios, “vadiagem”, prostituição, mendicância e alcoolismo; consequência de uma política de “exclusão”, que queria somente favorecer uma pequena parcela da sociedade, a elite burguesa.

A mídia chamou tal reforma de “a regeneração”, que mediante um processo de segregação, buscou através de elevado custo social, humano e econômico a modernização da sociedade “burguesa” em todos os seus aspectos.

No período supracitado, a Polícia recolhia as pessoas que encontrava pelas ruas, levavam-nas para a Ilha da Cobras, onde eram surradas impiedosamente. Não se investigava, não se levava os “suspeitos” aos tribunais, pois o objetivo principal era eliminar da cidade todo o excedente humano que desafiasse as autoridades (SEVCHENKO, 1984).

O Brasil já havia um pouco mais de uma década, entrado em um novo modelo de Estado, agora republicano. Existem evidentemente diferenças entre o estilo repressivo da sociedade anterior, escravista, e o da sociedade republicana. Essa sociedade que aos poucos, vai surgindo, não tolera a visão das brutalidades físicas. As humilhações, os espancamentos são feitos no interior da

Casa de Detenção ou na Ilha das Cobras. As penas deixam de ser públicas, para se tornarem institucionalizadas (SEVCHENKO, 1993; ZAFARONI, 2005).

Percebemos que há um papel ambivalente dos Estados que ao mesmo tempo são necessários à proteção dos direitos concernentes a toda população sob sua jurisdição, e, também como uma das principais fontes de violação do conjunto dos direitos. Há séculos o Estado Brasileiro se mostra como um Estado violador dos direitos tem sido um dos últimos países a abolir a escravidão, pelo menos formalmente.

A Instituição Policial foi formada como instituição moderna através das diversas práticas sociais e políticas marcadas pelas transformações da sociedade européia, principalmente com a consolidação do modelo urbano-industrial capitalista, que promoveu o surgimento de toda uma rede de instituições de vigilância, controle, correção e adestramento na formação da sociedade contemporânea, como por exemplo, os hospitais psiquiátricos e a própria polícia (FOUCAULT 1998, 1999 apud DORNELLES, 2003). Percebe-se que a Instituição Policial quer se apresentar à sociedade como protetora dos direitos, da lei e da justiça, garantindo a segurança de todas as pessoas, porém ao mesmo tempo sua imagem tem se tornado negativa, quando apenas não deixa de garantir a segurança de *todas* as pessoas, mas quando passa a ser identificada como violenta, corrupta e transgressora das leis.

No início do século XX, as favelas do Rio, já eram consideradas pela polícia e pelos setores conservadores, como locais perigosos e refúgio de criminosos. Verifica-se então, uma forte discriminação da população residente nestas áreas, como ficou explicitado em um texto que precedia as tabelas estatísticas do primeiro censo das favelas do Rio de Janeiro em 1948, realizado pelo então Distrito Federal como consta abaixo.

O preto, por exemplo, via de regra não soube ou não pôde [sic] aproveitar a liberdade adquirida e a melhoria econômica que lhe proporcionou o novo ambiente para conquistar bens de consumo capazes de lhe garantirem nível decente de vida. Renasceu-lhe a *preguiça atávica*, retornou a estagnação que estiola (...) como ele todos os indivíduos de

necessidades primitivas, sem amor próprio e sem respeito à própria dignidade – priva-se do essencial à manutenção de um nível de vida decente, mas investe somas relativamente elevadas em indumentária exótica, na gafieira e nos cordões carnavalescos... (ZALUAR & ALVITO, 2003 p.13).

A favela é freqüentemente tomada, no senso comum, como ocupação ilegal, como local de vigência da criminalidade violenta a ser civilizado, educado, regulamentado. Nela a violência tem cada vez mais se tornado em algo “normal”, e atualmente os seus moradores se vêem coagidos pela polícia e por facções criminosas.

Nas últimas décadas temos visto a ação da polícia nas favelas e percebemos que sua ação tem sido por meio “invasões”, que são incursões policiais de grande porte realizadas sem mandados, ou até mesmo com os chamados mandados coletivos (estes se constituem em mandados de busca e apreensão coletivos, os quais são expedidos por juízes e contraria a lei brasileira, pois não especificam endereços ou nomes particulares, mas abrangem comunidades inteiras). Os policiais entram atirando em nome do combate ao tráfico de drogas, causando inúmeras mortes em suas “mega-operações”. Percebemos nos discursos da Polícia, que sempre os mortos ou feridos têm algum envolvimento com o Tráfico, como se isso fosse justificativa para a matança. Assim, verifica-se que há uma intensificação de práticas abusivas, que afetam os membros das comunidades “excluídas”, bem como inúmeras violações aos Direitos Humanos (ANISTIA INTERNACIONAL, 2005). Estas ações revelam o preconceito existente no Sistema de Justiça Criminal contra a população residente em áreas menos favorecidas, fazendo com que estas, sejam criminalizadas e se (re)voltem contra a própria polícia:

[...] moradores dessas áreas chegam a dizer que preferem os bandidos, pois estes ao menos controlam seus subordinados, não roubam dentro da comunidade e sabem distinguir quem está ou não envolvido com o crime. Já a polícia trata todas as pessoas pobres e negras como suspeitas ou, pior, como não cidadãos, aos quais não se aplicam as leis

do país – atitude muito diferente da que a mesma polícia exhibe nos bairros ricos da cidade...” (CANO, 2003 apud ANISTIA INTERNACIONAL, 2005, P.22).

A polícia brasileira apresenta a marca bem nítida da opção de classe, da sua natureza preconceituosa e racista, e, portanto podemos dizer que é um reflexo da nossa sociedade, que não tem nada de harmônica, pelo contrário; sempre se quis no Brasil um processo de “eugenia”, ou seja, procurou-se aqui, difundir a superioridade da “raça” branca; essa teoria aparece em Darwin, como um processo de seleção natural, e, sabe-se que o movimento eugenista era baseado na melhora da raça por cruzamento, com a finalidade de gerar a espécie perfeita. Nessa teoria não existe espaço para pessoas consideradas de raça “inferior”. (MATOS e SOIHET, 2003).Essas teorias racistas já não se sustentam mais, porém ainda hoje alguns destes conceitos aparecem, principalmente nos discursos dos governantes, sem qualquer pudor, como no discurso do atual Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral em uma entrevista, onde propôs o aborto em mulheres pobres como política de redução da criminalidade. A partir daí, podemos analisar a quem se quer eliminar.Pois de um lado a polícia mata a população pobre que na sua maioria é negra, e, por outro se quer o aborto em mulheres pobres que na sua maioria são negras, percebe-se assim, um verdadeiro discurso eugênico.Na mesma linha de “raciocínio” do atual Governador, o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, em declarações à imprensa afirmou que “um tiro em Copacabana é uma coisa” e “um tiro na [favela da] Coréia é outra” (VEJA, 2007).

O papel da Polícia tem sido o de conter as chamadas “classes perigosas”, controlando-as subjugando-as em favor da “lei e da ordem”; mas deve-se considerar que os próprios policiais são oriundos das classes subalternizadas, e, a partir daí podemos entender que na realidade tem ocorrido em nossa sociedade um verdadeiro conflito entre pessoas com a mesma condição social.

O tráfico de drogas, juntamente com a polícia e sua atuação multifacetada de controle e opressão, somado às ilegalidades verificadas no sistema prisional, e a própria ação da justiça criminal, tendo por base distinções de classe, têm levado a um circuito de dominação entendido como “Estado - Penitência”, na concepção de Lóic Wacquant. Podemos então, perceber no contexto neoliberal, uma intensa criminalização da miséria, aumentando a intolerância para com os pobres, que passam a constituir o público-alvo das políticas de ‘tolerância zero’ (WACQUANT, 2001).

As “pessoas de bem”, “cumpridoras dos seus deveres”, são contrárias aos “marginalizados”, aos “delinqüentes”, aos despossuídos, aos transgressores da ordem, pois estes são pobres e por suas condições sócio-econômicas não se enquadram no padrão instituído (TITONELI, 2007). Em quase dois séculos de existência da polícia, a relação desta com as pessoas pobres e negras não se alterou e constata-se a impotência não só pela população subalternizada, mas pela sociedade em geral diante das ações policiais, pois todas as pessoas são vítimas em potencial deste “confronto” brutal, inconseqüente e irracional entre policiais e traficantes de drogas.

Observamos através da mídia, que quotidianamente as discussões em torno da Política de Segurança Pública, têm sido travadas por “brigas” dos governos, para saber de “quem é a culpa” ou “responsabilidade” por determinada situação fatídica. Verifica-se que várias medidas são tomadas principalmente quando morre alguma pessoa da classe das classes privilegiadas ou quando algum policial é morto, daí surge o “terror” nos morros e favelas, pois a polícia buscará vingar tais mortes, ao passo que aos moradores das comunidades que buscam reclamar a morte de alguém da comunidade em que vivem, são comumente vítimas de discriminação, impedidos de se manifestarem publicamente. São considerados pela polícia e pela opinião pública, coniventes com o tráfico de drogas, e comumente chamados de “baderneiros e desordeiros”.

1.2 – Violência, Criminalidade e “Estigmatização” da Pobreza

Há um conceito chave importantíssimo para apreendermos os processos que envolvem o atual contexto acerca da Segurança Pública, que é o de Violência. Esta é considerada como coerção ou força exercida sobre indivíduos ou grupo de indivíduos pertencentes à determinada classe ou categoria social, gênero ou etnia; e, está relacionada com a idéia de poder que se manifesta no cotidiano, ou seja, nas relações sociais e na posição que cada indivíduo ocupa na sociedade (ALMEIDA, 2004). A violência é uma das expressões mais visíveis da “questão social” que se materializa nas condições de vida da maior parte da população que convive com a discriminação, o preconceito, a fome, a miséria, a falta de emprego, habitação, saúde, dentre outras.

A “questão social” diz respeito à divisão em classes sociais e à luta pela apropriação da riqueza socialmente produzida. No Brasil contemporâneo, a “questão social” se expressa nas lutas sociais dos trabalhadores urbanos e rurais pela apropriação da riqueza socialmente produzida, e pode-se neste íterim, considerar também a luta daquelas pessoas consideradas inempregáveis (YASBEK, 1996; ZAFFARONI, 2005).

Embora o corpo seja o objeto mais imediato da violência, seus efeitos incidem sobre as consciências, e, influenciam as estratégias de luta e resistência dos segmentos sociais que constituem os seus alvos privilegiados – sujeitos de relações múltiplas, que se entrecruzam na produção e reprodução da vida, e, portanto, das suas desigualdades e contradições (VÁSQUEZ, 1977 apud ALMEIDA, 2004).

Pretendemos tratar aqui sobre a violência que está relacionada principalmente ao foco deste trabalho - o conflito entre a polícia e os traficantes de drogas - que tem atingido a sociedade carioca; ou seja, o confronto entre o chamado “crime organizado” - conceito intensamente utilizado na mídia - e a ação policial repressiva que tem afetado principalmente o cotidiano das populações que vivem em áreas consideradas de “risco”.

Percebemos em nossa sociedade uma inexorável impunidade, pois uns são “pegos” pelo sistema penal e outros não, o que de fato, põe abaixo o mito do Direito Penal Igualitário. “A insegurança social e a imunidade –impunidade se distribuem socialmente de maneira seletiva. O sistema de controle social penal revela o seu caráter seletivo e classista” (DORNELLES, 2003; CARVALHO, 2005).

Há um outro conceito também relevante que está articulado ao de violência, que é o de criminalidade. Verificamos que o ato criminoso é entendido em sentido vulgar como um ato que viola a norma moral e, em um sentido formal, constitui-se em uma violação da lei penal incriminadora (WIKIPEDIA, 2008).

Percebe-se um aumento substancial da criminalidade nos países capitalistas nos últimos anos e, que tem sido o reflexo das desigualdades inerente ao Modo de Produção Capitalista (MPC), que tem afetado de forma particular os países de economia periférica devido ao imenso abismo social existente neles.

Há uma concepção na sociedade em geral, de que a criminalidade, e a violência estariam vinculadas à pobreza, ou seja, de que os “atos” violentos são praticados, sobretudo, por pessoas de “baixa renda”; porém, sabe-se que isso é inverossímil, o que acontece, de fato, é uma seleção da política criminal em face dos grupos mais “vulneráveis”, o que vem reforçando a idéia de relação entre “atos” violentos e pobreza no imaginário social (ALMEIDA, ROSALINO, 2004). A associação feita entre pobreza, violência e criminalidade vincula-se, portanto, à concepção presente no senso comum sobre as ameaçadoras “classes perigosas”; esta concepção está presente nas medidas adotadas pela política criminal e, visam culpabilizar não a ação individual, mas todo o conjunto de pessoas pertencentes a um determinado grupo considerado propenso a cometer algum ato que fira a ordem estabelecida.

No Brasil houve, devido às suas raízes históricas de desigualdade e contradições, um “Estado de Mal-Estar Social”. As políticas sociais brasileiras, principalmente, a de Assistência Social, aparentam objetivar a contenção da miséria; porém de fato elas são constituídas na teia dos interesses que marcam as relações de classe, pois favorecem ao mesmo tempo a acumulação da riqueza e a acumulação da miséria social, dando margem às praticas clientelistas,

principalmente no campo da assistência social, onde os subalternizados, alvos destas políticas não aparecem como interlocutores (OLIVEIRA, 1985, SPOSATI, 1998 apud YASBEK, 1996).

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, “[...] a assistência social será prestada a quem dela necessitar [...]”. Como vivemos em um país onde a grande maioria não tem acesso às necessidades básicas, há um processo de intensa seletividade daqueles entre os mais pobres.

A “marca” da pobreza favorece a situação de subalternidade de grande parte da população brasileira; cria-se um verdadeiro estigma entorno das pessoas em condições economicamente desfavoráveis perpetuando-se o caráter excludente e concentrador da riqueza socialmente produzida. Cada vez mais podemos perceber que há uma minoria de privilegiados economicamente que têm se apropriado da riqueza socialmente produzida. Essas contradições estão na base da formação da sociedade brasileira, e, que advém tanto dos reflexos do atual modelo de produção hegemônico, conhecido como Capitalismo, quanto das desigualdades históricas enraizadas em nossa sociedade. Porém, verificamos a necessidade de consolidar propostas visem a efetivação da cidadania, deixando não só a assistência social como outras Políticas Públicas, a exemplo da Política de Segurança Pública, de aprofundar as desigualdades sócio-econômicas existentes em nossa sociedade.

1.3 – O Surgimento da Criminologia, suas influências na Justiça Criminal e a Criminalização da Pobreza

Existem centenas de favelas no Rio de Janeiro, onde vivem milhares de pessoas, e, na maioria destes espaços, o Tráfico de Drogas está presente. Há exceção, em algumas favelas Cariocas, onde o domínio é feito por grupo de militares e ex-militares. Estes fazem o controle da segurança através das chamadas Milícias¹, que são um elemento a mais na dominação violenta - ilegal do espaço da favela. Hoje estariam em mais de 100 favelas da cidade, operando conforme a lógica das máfias, cobrando 'taxas de proteção' aos moradores, impondo taxas ao comércio local, atuando na distribuição de gás, na manipulação do transporte alternativo, dentre outros serviços básicos.

A ausência do Poder Público nestas comunidades, sobretudo com serviços essenciais que atenda as necessidades desse segmento populacional permite que surjam ações alternativas como a que explicitamos acima, que buscam tomar o lugar de um Estado ausente (ANISTIA INTERNACIONAL, 2005).

Apenas uma pequena porcentagem das pessoas que vivem em favelas está diretamente envolvida com o Tráfico. O que comumente temos observado na mídia são os inúmeros discursos e ações que envolvem a repressão ao tráfico de drogas havendo uma intensa focalização da Política de Segurança Pública no combate a este tipo de atividade criminosa.

"A principal desculpa para essa política de extermínio é a 'guerra' contra a criminalidade. [...] O inimigo interno agora são os suspeitos criminosos e delinquentes 'infiltrados' nas massas populares, no 'povão', como gostam afetuosamente de dizer os comandos da PM. Nessa guerra, as garantias constitucionais para o criminoso são um luxo a que a PM não pode se curvar: os princípios do Direito são uma limitação incômoda a seus combatentes" (PINHEIRO, 1984 apud ALMEIDA, 2004 p.50).

¹A palavra "milícias" começou a se usada de forma extensiva em 2006 para designar um fenômeno que já existia há bastante tempo no Estado do Rio de Janeiro, mas que se expandia rapidamente naquele momento. O termo ficou ainda mais consolidado após os atentados de final de dezembro na cidade do Rio, que foram atribuídos a uma represália de determinadas facções do tráfico à propagação das milícias na cidade.

Com base em estatísticas oficiais, a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, promove uma “política de gratificação “de policiais civis e militares pela redução da criminalidade, sobretudo, de homicídios dolosos. Sabemos que a remuneração dos policiais não é das melhores, porém este tipo de gratificação promove inegavelmente ações equivocadas por parte da polícia, como, por exemplo, produzir as chamadas cifras negras, que são as diferenças entre os casos comunicados e os fatos delituosos efetivamente ocorridos. Muitos crimes não são contabilizados, pois existe a manipulação dos dados conforme uma seleção dos crimes cometidos (O GLOBO, 1999).

Percebemos difusa na sociedade uma forte característica de culpabilizar os indivíduos por sua situação socioeconômica desfavorável, como se estes fossem os responsáveis por todas as “mazelas sociais” que vêm ocorrendo. Verifica-se também uma contraditoriedade na opinião pública, quando de um lado os discursos exigem uma polícia que respeite os Direitos Humanos e que aja conforme a lei; e, ao mesmo tempo um discurso que solicita à polícia uma ação brutal e arbitrária, pois só assim se acabaria com a “marginalidade”, através de um discurso ultraconservador (CANO, 1997 apud ANISTIA INTERNACIONAL, 2005). Para tanto, é de extrema relevância que seja feita uma análise profunda dos processos constitutivos da realidade social, em seus aspectos macro-econômicos, sociais e culturais, percebidas na própria história de formação da cidade. Procedendo deste modo, as intervenções na realidade serão menos deterministas, sendo muito mais universalistas.

Para apreendermos como este processo de criminalização da pobreza se constituiu em nossa sociedade, é necessário observarmos na Criminologia algumas concepções importantes que influenciaram e ainda influenciam a realidade.

A Criminologia pretende o estudo do crime e do criminoso, ou seja, a criminalidade. Ela se constitui na ciência do crime como o próprio nome indica.

Pode-se considerar que a primeira resposta dada para as causas do “crime” foi a concepção elaborada por Cesare Lombroso - médico Italiano que em 1876,

publicou a obra “O Homem delinqüente”, onde sustenta a tese do criminoso nato; sendo as causas do crime identificadas no próprio criminoso. Tal tese partia do determinismo biológico, baseado nas ciências naturais, que procurou comprovar nas hipóteses elaboradas pelo autor através da confrontação de grupos não criminosos com criminosos dos hospitais psiquiátricos e de prisões do sul da Itália, uma propensão à prática do crime por “certo tipo” de pessoa. Esta pesquisa contou com o auxílio de Ferri², que sugeriu a denominação “criminoso nato” (ANDRADE, 1997). Sabe-se que até a publicação de “O Homem Delinqüente” de Lombroso, não tínhamos a criminologia como ciência.

Queremos chamar a atenção para duas perspectivas de análise criminológica, a primeira é a Perspectiva Positivista que segmenta a sociedade dividindo-a em áreas “normais” ou “legais” ou em áreas “anormais” ou “ilegais”, e faz isso com base em conceitos que buscam uma naturalização das relações sociais, e também se atém a princípios físicos das pessoas propensas a cometer algum crime. Tal Perspectiva utiliza o método experimental ou empírico indutivo de análise de seu objeto. As décadas de 1920 e 1930 do século XX foram o período hegemônico do ideário positivista, sobretudo, no Brasil.

A segunda Perspectiva é a da Criminologia Crítica, também conhecida como “Criminologia Radical”; tem seu surgimento no início dos anos 1970 do século XX, e assume o papel da classe trabalhadora, e, passa a criticar o Modo de Produção Capitalista, pois tem sua base teórica na doutrina marxista, em oposição à Positivista que assume um papel da classe dominante. Para os críticos ou radicais, à medida que as sociedades capitalistas se industrializam, a divisão entre as classes sociais vai crescendo substancialmente, e as leis penais vão, progressivamente, tendo que se aprovadas e aplicadas para escamotear os conflitos sociais.

Para estes definir alguém como criminoso permite um controle maior sobre as classes subalternizadas, servindo aos interesses da classe dominante (ANDRADE, 1997).

² Enrico Ferri (1856-1929), foi sucessor de Lombroso. Diferentemente de seu antecessor, sua perspectiva de análise voltava-se para as ciências sociais, com uma compreensão mais larga da criminalidade, evitando-se o reducionismo antropológico do iniciador da Escola Positivista Italiana. Para ele a criminalidade surgia de fenômenos antropológicos, físicos e sociais.

A correlação entre a pobreza e o crime, e a determinação de que as áreas pobres, consideradas perigosas para a ordem instituída, são áreas criminógenas, faz parte da herança positivista no campo da criminologia. As novas correntes da criminologia, em particular as chamadas correntes críticas como supracitado, apontam o caráter seletivo e classista do sistema penal, e, como parte deste, do exercício das atividades policiais.

A questão criminal é bem mais complexa em uma sociedade capitalista, do que poderia sugerir a tentativa de articular a criminalidade com as condições de pobreza. Deveria-se combater também com tal afinco, por exemplo, os chamados crimes de “colarinho branco”³ que são cometidos por pessoas de “respeitabilidade e elevado status sócio-econômico”, que no curso de sua ocupação, comete uma violação de confiança. Muitos destes crimes são de difícil percepção, pois são preparados por criminosos sofisticados, que usam de todos os artifícios possíveis para tentarem esconder suas atividades com uma série de transações complexas.

Nota-se que a partir de meados da década de 1980, as cidades brasileiras foram gravemente afetadas pelo crescimento do comércio de drogas e do tráfico ilegal de armas (ANISTIA INTERNACIONAL, 2005). As comunidades socialmente “excluídas” foram sendo cada vez mais dominadas por facções do tráfico. A geografia dos locais também favorece aos criminosos e dificulta o policiamento. Os moradores destes locais ficam sendo as maiores vítimas da discriminação e passam a sofrer forte criminalização por parte da opinião pública diariamente, pois quando morre algum morador da favela, torna-se apenas mais um entre muitos, porém quando a vítima pertence à classe média, por exemplo, há maior visibilidade e repercussão do caso. A convivência no mesmo local com os criminosos é tratada como convivência pelas autoridades e pela sociedade em geral. Segue abaixo fragmentos de uma entrevista realizada pela Anistia Internacional em julho de 2004, que consta no relatório de 2005 desta mesma entidade e mostra a perspectiva de quem mora nas comunidades.

³ O termo *White - collar crime* (Crime do colarinho branco) surgiu na década de 30, com os estudos de Sutherland, visando desmoroar o castelo erguido em torno da idéia de que a criminalidade deriva em grande parte das pessoas provenientes das classes sociais menos favorecidas.

“O bairro fica mal visto, não dá para conseguir trabalho”.

“Não pode sair da comunidade sem ser logo abordado pela polícia”.

A cobertura sensacionalista de crimes violentos por certos setores da imprensa e da televisão brasileira “alimenta” o medo da população e reforça os estereótipos discriminatórios e ao mesmo tempo distorce a realidade, fazendo aumentar os apelos por métodos repressivos de combate à criminalidade e desviando o foco da questão, deixando de mostrar suas verdadeiras causas (ANISTIA INTERNACIONAL, 2005).

Há uma forte tendência conservadora que está em todas as classes sociais que clamam por mais eficiência e mais dureza nas práticas policiais (RAUTER, 2005; ZALUAR, 1985,1991, 1992,1993; CALDEIRA, 1992 apud ZALUAR, 2003).A sociedade brasileira brada continuamente por mais repressão, que não esteja obviamente visível à elite burguesa, mas seja feita conforme a força necessária na tentativa de calar a voz dos “excluídos”.

Fica perceptível, sobretudo, na forma como as forças policiais agem que suas ações levam a uma intensa criminalização das pessoas que vivem nas áreas urbanas empobrecidas.A polícia entra nestas áreas cotidianamente de forma agressiva, atirando muitas vezes sem considerar que os moradores destes locais são inclusive utilizados pelos traficantes como barreiras que buscam impedir a ação da polícia.

O Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (BOPE) nos últimos anos tem sido uma das principais “armas” da polícia nas favelas do Rio de Janeiro, para acabar com a “marginalidade” na fala da “corporação” e da mídia.Ele foi criado em 1978, quando a polícia fluminense decidiu montar uma unidade de elite para operações de resgate de reféns.Porém, com o aumento da criminalidade nos anos 80 e 90, o grupo se especializou em enfrentar os traficantes de drogas em favelas.O BATALHÃO ficou nacionalmente conhecido no ano 2000 (dois mil), por causa de uma operação desastrosa. Ao tentar libertar a professora Geisa Gonçalves uma das reféns do assaltante Sandro do Nascimento no ônibus 174, um policial errou o alvo, atingindo a professora que morreu na ocasião.Para piorar, o assaltante, depois de dominado, chegou ao

hospital morto por asfixia. Os envolvidos foram absolvidos, mas o episódio manchou a reputação da unidade (VEJA, 2007).

Este segmento da Polícia Militar é treinado de forma agressiva e discriminatória, o que fica notório nas trilhas sonoras utilizadas nos treinamentos diários, como a seguir: *"Homem de preto, qual é sua missão? Entrar pela favela e deixar corpo no chão. Homem de preto, o que é que você faz? Eu faço coisas que assustam o satanás!"*, e outros como: *"O interrogatório é muito fácil de fazer/ pega o favelado e dá porrada até doer/ O interrogatório é muito fácil de acabar/ Pega o favelado e dá porrada até matar"* e *"Bandido favelado / não se varre com vassoura/ se varre com granada/ com fuzil, metralhadora"*(O GLOBO, 2003; VEJA, 2007).

Além dos treinamentos hostis, o BOPE tem utilizado veículos blindados conhecidos como "Caveirão," que por onde passam, segundo moradores, deles saem palavras ameaçadoras, como por exemplo: "-Eu vim buscar a sua alma". Em algumas operações há a utilização do blindado conhecido como "Pacificador", pertencente à Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil (CORE), o qual os moradores das comunidades chamam de: "Passa-e-fica-a-dor". O impacto dessas operações policiais afeta toda a sociedade, não apenas as comunidades socialmente "excluídas". Diariamente é mostrado na mídia que edifícios da classe média são atingidos por balas perdidas, causando medo nos moradores destes locais. Aumenta-se neste íterim, os discursos discriminatórios e criminalizantes para com as classes subalternizadas.

A justificativa para a utilização dos blindados nas operações policiais em favelas cariocas seria a de que os policiais estariam sendo mortos em confrontos com o tráfico de drogas e os blindados os protegeriam no momento das incursões; porém, esta tônica não é verdadeira, e pode ser tanto constatada como contestada através de uma simples análise de alguns dados obtidos no Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro como o fizemos a seguir.

Policiais Militares mortos -2000/2006

Ano	Em serviço	Na folga	Total	% Folga
2000	20	118	138	85,5
2001	24	104	128	81,3
2002	33	119	152	78,3
2003	43	133	176	75,6
2004	50	111	161	68,9
2005	24	111	135	82,2
2006	27	117	144	81,3

Policiais Civis mortos -2000/2006

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Em serviço	3	3	7	7	0	9	2
Na folga	14	6	12	6	30	ND*	ND*

ND*: Informação Não Divulgada

Fonte: Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP) disponível em <http://www.isp.rj.gov.br> .Acesso em: 07/01/2008.

Verificamos nas tabelas acima (Policiais Militares mortos 2000-2006 e Policiais Civis Mortos 2000-2006) que no período de 7(sete) anos, houve mais policiais mortos na folga do que em serviço, o que faz com que os discursos em prol dos blindados seja contraditório e precise ser revisto pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Devido aos baixos salários pagos à polícia, muitos policiais têm procurado, um segundo emprego, geralmente na indústria da segurança privada, o que poderia estar elevando os índices de policiais mortos na folga, além de atividades criminosas e a participação nas chamadas Milícias por parte alguns policiais. É necessário garantir a integridade física do policial e seu direito à proteção; porém;

por outro lado, não se pode ferir os direitos da maioria da população atrás de discursos insustentáveis.⁴

Estudos feitos têm mostrado que a polícia brasileira, em especial a do Rio de Janeiro mata mais e morre em suas “operações” do que em qualquer parte do Brasil e do mundo. O índice de letalidade, “evidencia que em muitos casos há uma intenção de matar e não de prender o oponente”(ANISTIA INTERNACIONAL, 2005).

Durante os últimos anos, além do Estado do Rio de Janeiro não desenvolver políticas específicas para diminuir o número de mortes em intervenções policiais, adotou políticas que estimularam a letalidade policial. A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro concedeu as chamadas “premiações por bravura” aos policiais envolvidos em ocorrências com resultado de morte de suspeitos.

No tratamento jurídico dado às mortes efetuadas por policiais em serviço, nos poucos casos em que os fatos chegaram a ser de fato julgados, o ponto principal da defesa, costuma estar centrado em mostrar que o falecido era realmente um criminoso, o que aumenta as possibilidades de absolvição por parte do júri. Em função disso, muitas vezes quem é julgado é o morto e não o autor. Aqueles que denunciam os abusos cometidos pela instituição policial são “caçados”, por vezes ameaçados e se forem agentes do Estado correm risco de serem exonerados de seus cargos⁵.

É necessário chamar a atenção da sociedade brasileira e principalmente das autoridades competentes na Área da Segurança Pública para a questão do desrespeito aos direitos humanos, sobretudo dos setores menos privilegiados da sociedade, que residem nos morros e favelas do Rio de Janeiro, visto que o aumento das medidas repressivas e das concepções equivocadas sobre a população residentes nessas comunidades necessita ser modificada, pois as ações repressivas têm desencadeado o aumento da violência e da criminalidade, fazendo os índices crescerem assustadoramente.

⁴Anistia Internacional, Brasil: Eles entram atirando”.Policiamento de comunidades socialmente excluídas,2005,pág.16.

⁵Relatório da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, Rio de Janeiro, 2007.

É preciso que ajam mudanças nas respostas dadas às demandas da população concernente à segurança pública que está articulada à outras questões como falta de emprego, às precárias condições de moradia, saúde, lazer, à corrupção, etc. Há que se utilizar medidas que visem minimizar o caráter de “exclusão” e alienação dos segmentos subalternizados que quer a elite brasileira, através do combate às igualdades enraizadas em nossa sociedade há muito tempo.

CAPÍTULO II - O NEOLIBERALISMO, A REFILANTROPIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA E O RECRUDESCIMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS POBRES

No final dos anos de 1960, o padrão mundial de acumulação, apresentou sinais de esgotamento com uma forte estagnação da economia e elevados índices recessivos e inflacionários. A partir dos anos 1970 as contradições tornaram-se ainda mais agudas com a crise do Capital, que em 1973 veio travestida de uma “crise” que ficou mundialmente conhecida como “crise” do Petróleo; a partir deste

período percebeu-se que o quadro de segregação social se agravou, sobretudo, nos países de economia periférica.

Na década de 1970 surge então o Neoliberalismo, que tem sido definido pela maioria dos teóricos como um paradigma econômico e político que permite a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social em prol da maximização de seus benefícios/ lucros individuais. Seus idealizadores mais conhecidos são Milton Friedman e Hayek, que defendiam que o governo não poderia manter os mesmos investimentos que havia realizado após a II Guerra Mundial, já que agora havia déficits públicos e balanças comerciais negativas. (CHOMSKY, 2004, ZAMORA, 2005).

Em 1979, surge a oportunidade de implementação das medidas neoliberais, através do governo Thatcher na Inglaterra e um ano após nos Estados Unidos com Reagan. Daí por diante vários países da Europa Ocidental adotaram o modelo supracitado, mas em cada país com sua especificidade.

As medidas de ajuste estrutural neoliberais são aceitas por praticamente todos os países e recomendadas pelos organismos internacionais existentes no “centro” da economia capitalista dentre os quais o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); porém, o preço pago pelo (des)ajuste tem sido muito mais alto nos países de periferia capitalista.

Pode-se considerar que o marco para expansão das medidas neoliberais na América Latina é o chamado “Consenso de Washington” realizado em Novembro de 1989 nos Estados Unidos e que trouxe várias recomendações aos países latino-americanos, como forma de se “enquadrarem” ao novo modelo; nota-se, que um dos pontos mais relevantes a serem seguidos por tais países, é a desoneração dos cofres públicos. Tal recomendação se dá em oposição ao período anterior no qual havia um Estado Social que garantia o mínimo à reprodução da força de trabalho, mas o que se percebe atualmente é o empenho em “solucionar” os efeitos da crise do Capital através da intensa privatização de

empresas estatais, da flexibilização da legislação trabalhista e de uma maior abertura comercial (CHOMSKY, 2004; ZAMORA, 2005; IAMAMOTO, 2007).

Observa-se no quadro que vem sendo construído nas últimas duas décadas, um fenômeno comumente chamado globalização, cuja definição é sobremodo complexa. A globalização constitui-se em diferentes conjuntos de relações sociais que dão origem a diferentes fenômenos. Se pudéssemos definir um resultado desses fenômenos para a maioria da população do planeta que pertence a classes sociais subalternizadas, diríamos que estas têm se tornado mais empobrecidas a cada dia, pois o que ocorre na realidade é o enriquecimento dos países centrais de um lado, e de outro, o empobrecimento cada vez maior dos países periféricos; se há uma troca na comunicação, nas mercadorias ou mesmo na circulação das pessoas pelos países, há também a ampliação da pobreza, da miséria. Dentro destes países há uma distância cada vez maior entre a população mais rica e a população mais pobre (SANTOS, 2003).

Desde meados da década de 1990, observa-se o acirramento das desigualdades sociais, sobretudo, em países considerados periféricos, como o Brasil. Percebe-se assim, cada vez mais uma busca do lucro através da especulação financeira, sendo observada nas últimas décadas uma crescente mercantilização das relações sociais, que rompe com o sistema anterior de proteção que transmitia à população uma certa “segurança social

Tem vigorado a partir de mudanças sócio-econômicas nos Estados Unidos e que tem influenciado principalmente países periféricos como o Brasil, um modelo Desproteção Social, consequência do dismantelamento das políticas sociais públicas e do aumento do Estado Punitivo necessário à contenção do excedente humano à margem da sociedade capitalista. Aqueles que se mostram insatisfeitos ou não se adaptam ao modelo instituído, são vistos como ameaçadores, rebeldes, subversivos, problemáticos; enfim, o sistema tratará de dar a estes uma resposta que os neutralizem diante da ordem estabelecida (WACQUANT, 2001; DORNELLES, 2003; BEHRING, 2004).

Uma das alternativas para a gestão das “expressões da questão social” tem sido a crescente “Refilantropização da Assistência” na medida em que o Estado

transfere a responsabilidade de investimento na área social à “sociedade civil”. O Estado atualmente tem atuado apenas de forma pontual, através de políticas públicas focalizadas às populações mais desfavoráveis economicamente e em algumas áreas. Entretanto, mesmo para este segmento populacional, o Estado tenta ao máximo, diminuir a oferta e a qualidade dos serviços prestados, ocasionando assim uma “política pobre para os pobres”; e quando muito o Estado impõe óbices ao fornecimento dos “benefícios” concedidos, por meio de uma excessiva comprovação de insuficiência financeira das classes subalternas. (BEHRING, 2004; IAMAMOTO, 2007). Com isso, cria-se um modelo injusto e desigual, de caráter filantrópico em oposição ao direito social, onde os “pobres” substituem os “cidadãos”.

As inúmeras contra-reformas realizadas pelo Estado por meio das flexibilizações, desregulamentações e outras ações que reduzem o direito dos indivíduos, acabam afetando principalmente a maioria da população, já que esta se encontra em desvantagens econômica, social e política.

A questão da “cidadania regulada” nos termos de Santos, nos chama a atenção para o fato de que no Brasil, o acesso aos direitos de cidadania se deu através da relação salarial como condição primordial para garantia de direitos; porém, atualmente percebe-se um exaurimento dos vários direitos conquistados ao longo da História, mesmo que a priori, de forma limitada. O enxugamento e sucateamento dos serviços públicos têm redundado não apenas na perda da qualidade dos atendimentos, como têm forçado sua seletiva progressividade, o que entra em colisão com uma das principais conquistas obtidas na Carta Constitucional de 1988, relativa à universalização dos direitos sociais e dos serviços, que lhes atribuem materialidade (SANTOS, 2003; IAMAMOTO, 2007).

Neste contexto, há um aumento do número de pessoas desprotegidas socialmente, que amargam à margem da sociedade e são vistas por isso na esfera da “não-sociedade”. Na verdade elas fazem parte da lógica do próprio Capital, sobretudo, neste estágio dos Monopólios, constituindo-se na alavanca do Modo de Produção Capitalista.

Soma-se a isso, o passado histórico que no caso do Brasil, nestes cinco séculos deparou-se com a escravidão, com o clientelismo, com o paternalismo, com a política de importação de medidas repressivas, tal como é o caso da “Política de Tolerância Zero” utilizada na cidade de Nova York, dentre outras; que fazem com que os cidadãos sejam criminalizados por suas condições de vida desfavoráveis (DORNELLES, 2003; ALMEIDA, 2004).

Outra dimensão importante é verificar que as promessas de justiça, exercício da cidadania, respeito aos direitos humanos apresentadas pela institucionalidade democrática, não se confirmam na realidade. Ao contrário, a manutenção de reais condições sociais de desigualdade, de injustiças sociais, de um modelo de desenvolvimento excludente e concentrador da renda, além de colocar em risco as conquistas institucionais do Estado Democrático de Direito, mantém abaixo da linha da cidadania plena, amplos segmentos da população pobre e miserável” (DORNELLES, 2003).

A maior parte das pesquisas feitas a respeito do segmento populacional mais atingido pela violência e criminalidade, mostra em sua maioria, jovens com idades entre 15(quinze) e 24(vinte e quatro) anos, do sexo masculino, de baixa escolaridade e renda, na sua maioria negros e moradores das periferias ou favelas (ALMEIDA, 2004; ANISTIA INTERNACIONAL, 2005 ;SOARES, 2006).

La mayor parte de esas muertes afecta a la población pobre, generalmente jóvenes negros que viven en las favelas y periferias urbanas", aseguró Ramos a este medio, para luego agregar que ésta es la razón por la cual se tarda tanto en aplicar políticas efectivas: las víctimas principalmente son jovens, de raza negra, que provenien de la pobreza.⁶

Houve um aumento substancial no uso excessivo da força letal da polícia Militar no Brasil nos últimos anos. Podendo ser facilmente percebido pela análise dos chamados “autos de resistência” ou “resistência seguida de morte”, que

⁶Entrevista concedida pela socióloga Silvia Ramos ao site argentino infobae em 28/06/2007. Disponível em: http://www.ucamcesec.com.br/md_mt_texto.php?cod_proj=82.Acesso em 30/11/2007.

implica em auto defesa por parte do policial, onde na maioria dos casos os mortos em confronto são tidos pela polícia como “supostos criminosos” envolvidos com o tráfico de drogas.

E aí observamos que são variadas as formas predominantes de violência institucionalizada não só através da violência física propriamente dita, mas da intensa corrupção que grassa os três poderes (tendo o envolvimento das elites financeiras e políticas), com a apropriação criminosa do patrimônio público e a reinvenção de mecanismos e estratégias que asseguram a impunidade, que favorecem o descrédito das instituições públicas e da política stricto sensu;

No Neoliberalismo, o pobre, é supérfluo, percebe-se isso mediante a chamada “gestão da miséria” que tem gerado uma crescente criminalização e encarceramento das camadas sociais empobrecidas. Nas áreas menos “privilegiadas”, a exemplo das periferias e favelas da cidade do Rio de Janeiro. As concepções conservadoras começam na mídia, a qual é considerada a principal protagonista da questão criminal. Diante dos valores morais, éticos e afetivos determinados pelo modo de vida da burguesia, não há lugar para as “diferenças”, ou melhor, para os diferentes (WACQUANT, 2001; BATISTA, 2005).

Como se não bastasse a falta de infra-estrutura nestes locais e a ausência de Instituições do Poder Público, para não falar das “ocupações militares”, vistas pelos moradores das favelas como “invasões”, podemos perceber tão clara discriminação para com os que residem nestes locais. Observando nos discursos abaixo, ambos retirados do Relatório da Anistia Internacional do ano de 2005, a fala de uma moradora de uma comunidade “ocupada” pela Polícia, o relato da violência física e da violência simbólica provocada por um dos blindados utilizados conhecidos popularmente como Caveirão,

“Imagine um carro oficial, blindado, tendo como distintivos uma caveira e uma espada, com policiais que entram atirando nos postes de iluminação primeiro e depois nos moradores do seu bairro... isto é o caveirão. Um garoto de 11 anos teve a cabeça arrancada do corpo com os tiros que

partiram do caveirão. E nós, moradores, ainda temos que provar que foi a polícia” (Moradora do Caju no Rio de Janeiro em dezembro 2005).⁷

e a concepção de um Oficial da Polícia Militar, que de fato percebe-se diante de uma “guerra”, e diz como se dão as táticas do Bope utilizadas no combate aos “bandidos”.

“Agiremos como na guerra convencional, onde o tanque vai na frente, e a infantaria cerca o inimigo pelos lados.” (Coronel Venâncio Moura-Comandante do Bope).

Este blindado apelidado de Caveirão é semelhante a um tanque de guerra, em que há oito escotilhas para uso de fuzis, e que ganhou o apelido por ostentar na frente e em suas laterais o símbolo do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro: uma caveira. O veículo é utilizado nas ações policiais nas favelas cariocas desde 2005.

Não obstante, verifica-se uma verdadeira corrida armamentista no Rio de Janeiro, onde de um lado, a polícia tenta se armar de todas as formas, por vezes utilizando blindados da polícia militar e/ou da polícia civil e do outro lado, os traficantes de drogas que não deixam por menos, e procuram tão logo, adquirir armas de *grosso* calibre e outros equipamentos que superem os aparatos militares. Porém, aqueles que não estão participando diretamente desta “guerra” desenfreada, acabam vítimas dela, como é o caso dos moradores das favelas e de seu entorno (ANISTIA INTERNACIONAL, 2005).

Vale ressaltar que quando há algum envolvimento de jovens da classe média e alta com o Tráfico de Drogas, a Polícia age através de intensa investigação até conseguir achar os envolvidos, e quando encontram os criminosos, não se dá praticamente nenhum tiro, diferentemente do que ocorre nos morros e favelas do Rio de Janeiro.

Há uma crescente ascensão dos discursos moralizantes e das práticas que anteriormente não ocorriam, tais como defender em público a pena de morte, a

⁷Dados obtidos no Relatório da Anistia Internacional, 2005.

redução da maioria penal dentre outras medidas punitivas. Cresce o discurso da “tolerância zero” advinda dos Estados Unidos como resposta aos crimes cometidos, de forma que a repressão estatal pune sempre os envolvidos mais pobres nas redes da ilegalidade (ZAMORA, 2005).

A tolerância zero ao ser adotada como uma entre as muitas ações da segurança pública, busca o estabelecimento da “ordem urbana”, que pretende “organizar” a cidade, promover uma “limpeza” como, por exemplo, “recolher” o morador da rua mesmo contra a sua vontade e sem ter políticas significativas que a lhes oferecer que visem a cidadania deles. Na verdade o que se quer ocultar são as “mazelas” produzidas pela própria sociedade. Na verdade o discurso Penal norte-americano tem sido difundido no mundo, principalmente na América Latina, onde tem maior êxito dado sua precariedade institucional (RAUTER, ZAFFARONI, 2005).

Por vezes os moradores das favelas têm sofrido discriminação por parte das polícias, que quase sempre utiliza linguagem racista e discriminatória com os moradores destas áreas, sendo estes chamados de “cúmplices de bandido” entre outras coisas. Muitos moradores destas áreas sofrem forte discriminação quando vão procurar emprego, se matricular na rede educacional ou mesmo procurar atendimento nos serviços de saúde. Vários moradores destas áreas fornecem aos possíveis empregadores, endereços de locais considerados mais “apropriados”, para que possam conseguir mais facilmente uma oportunidade de emprego (ANISTIA INTERNACIONAL 2005).

A segregação espacial está nítida há muito tempo, pois percebemos que de um lado há condomínios fechados, com segurança privada e sistemas de monitoramento, e de outro, locais desprotegidos, à mercê de ações que violam os Direitos Humanos, e ela é estratégica pois objetiva a naturalização da relação violenta com as classes subalternizadas, como garantia do usufruto dos bens provenientes da superexploração que caracteriza o Capitalismo Mundial (MENEGAT, 2005).

Percebe-se que as formas de violência não aparecem de maneira uniforme no contexto mundial, pois existem condicionamentos políticos, sócio-econômicos,

históricos - culturais que servem de referência para entendermos a violência urbana. Esta tem sido relacionada a dimensões globais de uma violência generalizada no mundo contemporâneo, não sendo desarticulada dos processos neoliberais da economia mundial consubstanciados nas desigualdades sociais (DORNELLES, 2003).

O argumento do Estado para as “invasões” nestes locais e para a violência que atinge brutalmente os moradores, é que vivemos em uma “guerra” contra o Tráfico de Drogas, como explicitado anteriormente; daí, percebemos que esta guerra tem espaço geográfico específico, as comunidades empobrecidas, classe social específica, os pobres, público-alvo específico, jovens negros na sua maioria. Em nome da “paz”, da “ordem” invadem-se favelas, efetuam-se revistas em mochilas de crianças, atira-se indiscriminadamente, executa-se inúmeras pessoas, dentre outras ações consideradas pela Polícia e pela elite conservadora como “normais”, pois na opinião deles, ter alguns mortos nesta guerra está dentro das estatísticas militares (DORNELLES, 2003; ALMEIDA, 2004).

O modelo neoliberal reafirma a lógica mercantil e transforma inclusive a violência em mercadoria a ser vendida. Não se discute, por exemplo, a procedência das armas que estão em posse dos criminosos, parece até que elas *brotaram* nas comunidades, assim como as drogas vendidas. Sabe-se que as drogas ilícitas comercializadas pelo Tráfico procedem de outros países e as armas utilizadas pelos traficantes procedem, principalmente da Polícia e das Forças armadas brasileira.⁸

Outrossim, o combate ao tráfico possibilita até uma corrida para angariar votos aos candidatos políticos em períodos de eleição. O “carro chefe” dos discursos da maioria dos candidatos em período de eleição não é melhorar as Políticas Sociais Públicas como educação, saúde, emprego, mas tornar mais agressivo o combate à criminalidade, com apelos ao reequipamento militar, à redução da maioridade penal, sendo exigidas penas mais severas e em alguns momentos até a pena de morte (ANISTIA INTERNACIONAL 2005).

⁸Informação obtida no Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais -GTNM-RJ / setembro, 2007 e no relatório da Anistia Internacional, Brasil: Eles entram atirando: Policiamento de comunidades socialmente excluídas, 2005.

Para acrescentar um dado a mais na questão do aumento da criminalidade, constata-se a corrupção ativa de um número expressivo de policiais junto ao tráfico de drogas, objetivando suprimir a repressão ao Tráfico de Drogas, sendo confirmada tal articulação por meio de escutas telefônicas entre Traficantes e Policiais para detectar a chamada “Banda Podre” da Polícia (SOARES, 2006; O GLOBO, 2006).

Cria-se na sociedade uma “cultura do medo” que irá embasar os discursos da opinião pública. A comunicação de massa produz “a cultura do medo”, diante de inúmeras cenas midiáticas transmitidas ao público, onde a violência é oferecida como espetáculo diariamente aos consumidores em busca de entretenimento. A exposição a repetidas cenas de violência tem promovido ao mesmo tempo o terror e a banalização. Tal estratégia é rentável aos empresários da comunicação social, porque mexe com a subjetividade das pessoas, pois fabrica indignação moral e cria o estereótipo do criminoso e faz com que a opinião pública clame por penas mais duras modificando as leis penais; é funcional, principalmente ao controle dos excluídos, pois produz conflitos entre os mesmos e afasta sua capacidade de coalizão e protagonismo, visa satisfazer as classes médias decadentes e comumente aparece nos discursos de alguns políticos (CARDOSO, 1996, 1998 apud ALMEIDA, 2004; ZAFFARONI, RAUTER, MATTOS & KOLKER, 2005, SOARES, 2006).

O aumento da criminalidade é verificado em todos os países ocidentais e, a criminalidade brasileira é fruto da imensa desigualdade social em que vivemos, ainda mais por se tratar de um país localizado na periferia do capitalismo mundial. Aqui, as ações advindas da justiça criminal é contra o que restou da nossa sociedade, os pobres; e, para isso o sistema penal tem se constituído num instrumento de controle social das classes empobrecidas, através de medidas cada vez mais repressoras que criminalizam a miséria e os movimentos sociais (MENEGAT, ZAMORA, 2005).

O discurso da criminologia positivista desde o final do século XIX, como vimos no Capítulo I, é tratar o crime como um fenômeno desconectado da vida social. Sendo a transformação da figura do “delinqüente” como um ente patológico,

inimigo das sociedades e das leis, como mais um mecanismo para promover a apartação do fenômeno criminal do contexto político, pois o crime passa a ser tratado como uma doença e como um fenômeno individual (RAUTER, 2005).

Verificamos então, que o processo de “exclusão social” remonta às raízes coloniais, pois a sociedade brasileira jamais teve um projeto de “inclusão” dos ex-escravos, pretendendo sempre se livrar desta parcela da população ou escondê-la como vergonha (RAUTER, 2005 apud BATISTA 2003).Ao invés do investimento em Políticas Sociais, percebe-se o crescimento das Políticas Punitivas como resposta ao aumento do desemprego, da insegurança, das desigualdades sociais e da violência; tem-se como alvo das Políticas de Segurança Pública, os jovens pobres e negros (KOLKER, 2005).

Com a redução do Estado Social nota-se um processo de intensificação da “exclusão social” de parcelas significativas da população mundial.O Estado Penal tem reservado aos setores “excluídos”, o braço forte da sua política de segurança - o encarceramento (WACQUANT, 2001; ZAMORA, 2005).Isso quando não há a eliminação física dos considerados “suspeitos” pelo sistema penal.

A chamada “Política de Tolerância Zero”, é na realidade é um exemplo de *intolerância* para com as camadas da população que são comumente consideradas como “perigosas” pela ordem socialmente estabelecida.Tal “política” visa recolher das áreas públicas as populações consideradas indesejadas, tais como: mendigos, “suspeitos”, moradores de rua, e toda sorte de desfavorecidos.O tratamento penal da miséria é elaborado no sentido de administrar os efeitos das políticas neoliberais que atingem atualmente a maioria da população mundial, sobretudo nos países de economia periférica.

Percebe-se que em todos os países que adotaram as medidas neoliberais há um espetacular crescimento do número de pessoas colocadas atrás das grades; e o Estado tem cada vez mais dependido da ação policial e das instituições penais para conter a “desordem” produzida pelo desemprego em massa, a imposição do trabalho precário e o encolhimento da proteção social.

Na América Latina, o estilo policial e penal norte-americano está sendo importado no atacado; há uma ampliação das políticas de “lei e ordem” com

consequências devastadoras devido aos altos índices de pobreza e também devido à maioria dos países latino-americanos a exemplo do Brasil e Argentina, já terem passado recentemente por experiências autoritárias, significando a aplicação das penalidades neoliberais. Há agora o reestabelecimento de uma Ditadura, só que neste caso sobre os pobres (WACQUANT, 2003 apud WACQUANT, 2001b).

Verifica-se que uma das medidas que simboliza a “tolerância zero” é a técnica de “parar e revistar”, onde os alvos têm sido as pessoas negras de acordo com estudos elaborados em Nova York. A “política” de ‘tolerância zero’, propõe ações urbanísticas e ecológicas que visem a repressão de camadas dos “indesejados”, com propostas de restauro das fachadas de edifícios antigos, melhoria de conservação de prédios públicos, cultivo de flores em terrenos baldios de áreas consideradas problemáticas de criminalidade, objetivando diminuir ações como: pichações, danos a patrimônios públicos, lixo jogado nas ruas, etc (WACQUANT, 2003).

Em um dos casos mais recentes de violação dos Direitos Humanos que teve a duração de aproximadamente um ano, mas que não teve a mesma visibilidade que na Ditadura Militar, foi a aplicação de medidas no âmbito da “Política de Tolerância Zero”, na Cidade do Rio de Janeiro, que foi a intervenção autoritária e repressiva da subida do Exército nos morros para enfrentar a criminalidade nas “Operações” que ficaram conhecidas como Rio I e Rio II. Essas operações ocasionaram extrema insegurança para os moradores dessas áreas, sobretudo, pelos abusos cometidos por parte dos militares, que atingiram os direitos humanos dos moradores das áreas ocupadas pelas Forças Armadas. Pessoas foram levadas pelos militares para andar pelas favelas com o objetivo de apontar os traficantes de drogas.

O objetivo da Política de Segurança Pública tem sido atualmente o de aumentar o efetivo policial nas favelas, sem melhorar efetivamente as condições de vida de seus moradores, que deveria articular suas ações com outras políticas públicas como emprego, saúde, educação, lazer, etc.

“Quando foi que a ‘tolerância zero’ atingiu os crimes de “colarinho branco”, as fraudes e o desvio de dinheiro, a poluição ilegal ou a violação da legislação de emprego e saúde? Na realidade seria mais apropriado descrever as medidas de lei e ordem implementadas em nome do ‘tolerância zero’, como estratégias de “intolerância seletiva (CROWFORD 1998:155 apud WACQUANT, 2003 p.83).

Na realidade, a criminalização direcionada aos pobres tem por finalidade não a resolução do crime, mas o estabelecimento de uma guerra contra aqueles que estão à margem da sociedade neoliberal. A noção de insegurança tem se reduzido ao aspecto físico ou criminal excluindo-se, portanto, a insegurança social e econômica. A repressão policial acaba por agravar e ampliar os problemas que “supostamente” estaria encarregada de resolver (BEHRING, 2004; WACQUANT, 2003).

CAPÍTULO III – O QUE UM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO DIZ SOBRE A “OCUPAÇÃO” DAS FAVELAS COM FORÇAS MILITARES

Neste Capítulo teceremos breves comentários sobre as reportagens pesquisadas no Jornal O Globo, no período delimitado, qual seja de 1996 a 2006, nos meses de junho e dezembro, onde os dias pesquisados foram escolhidos conforme a importância e o alcance do fato, que poderão ser observados por meio dos relatos nas matérias jornalísticas acompanhadas de suas respectivas tabelas onde constam as fontes das matérias, como são feitas as incursões policiais nas comunidades empobrecidas do Rio de Janeiro e o que está por trás dos discursos que envolvem a Política de Segurança Pública do Estado.

Pudemos verificar nesta reportagem (Tabela I), uma tentativa de corrupção dos policiais do 9 ° BPM (Batalhão da Polícia Militar), de Rocha Miranda, quando traficantes de drogas da favela Parada de Lucas ofereceram à Polícia a quantia de US\$ 20 a 25 mil dólares por semana para que as incursões à favela tivessem dias e horários marcados. Tal proposta foi descartada pela Polícia.

Neste episódio sucedeu-se a quebra de uma das passarelas que dão acesso à favela, que segundo a Polícia Militar, a destruição foi protagonizada pelos moradores a mando dos traficantes, em resposta à recusa da direção do Batalhão em receber o dinheiro. Já na versão do Presidente da Associação dos Moradores de Parada de Lucas, 75 pessoas - entre mortos e desaparecidos - tinham sido vitimadas pela polícia nos últimos seis meses e que somente na última semana a quantidade de pessoas mortas chegava a oito.

Muitos dos moradores têm deixado suas casas, devido à violência e a forte discriminação por parte da polícia.

Percebemos na reportagem que não há qualquer tipo de investigação por parte da Justiça Criminal para saber se os mortos realmente tinham alguma relação com o tráfico de drogas como comumente é alegado pela Polícia e se foram cometidos excessos por parte desta.

Observamos nas execuções sumárias (quantidade alta de tiros dados em geral pelas costas e a curta distância), nos mandados de busca coletivos (impetrados pela justiça e direcionados às favelas com o objetivo de prender traficantes e que viola os direitos dos moradores pois suas residências são revistas pela polícia que entra de forma abusiva e agressiva) e em outras

ações das policiais, os excessos cometidos quotidianamente em relação à população das comunidades empobrecidas, principalmente do Rio de Janeiro, o que retrata na sociedade as desigualdades sociais em suas formas mais perversas. Aos moradores destes locais tem restado ficar neste “fogo cruzado”, pois de um lado, os traficantes impõem suas leis e de outro há o despreparo da Polícia em suas intervenções (O Globo, dia 04/06/1996).

TABELA I – MÊS DE JUNHO DE 1996

LOCAIS OCUPADOS	RELATA VIOLÊNCIA ?	VITIMAS	JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO ?	CONCEPÇÃO CIDADANIA SUBJACENTE
Favela Parada de Lucas	sim	sete	Werneck, A.	Conivência dos moradores com o tráfico	Não	Preservação de “bem” público

Fonte: Jornal O Globo, dia 04/06/1996.

O Palácio da Cidade, situado em Botafogo, é a sede da Prefeitura do Rio de Janeiro. Este importante prédio, onde se abriga o poder não ficou imune de ser atingido por bala perdida, resultado de um confronto entre a polícia e os traficantes de drogas. O então Prefeito, César Maia, foi informado da “novidade” pelo coordenador de sua segurança, o Capitão Queiroz que numa rápida vistoria encontrou os projéteis pelo Palácio. Em entrevista, o Prefeito declarou que já usou colete à prova de balas.

César Maia disse também na ocasião, que a Polícia Civil não existe e que é preciso acabar com a gratificação por bravura, que qualificou como gratificação faroeste. Na sua opinião as operações da PM não estão funcionando. A bala que quase o atingiu já acertou a Aninha, o João, a Maria...

Pelo exposto acima, na fala do Prefeito, identificamos duas situações, a primeira é que não há uma investigação concreta direcionada aos mandantes do

tráfico, que não estão nos morros e favelas da cidade, mas que estão nas elites de dentro e de fora do Brasil. A segunda situação é a que visa “premiar” os policiais pela redução da criminalidade, que foi chamada pelo Prefeito de “gratificação faroeste”; pois, tal ação tem levado a um crescente confronto entre policiais e criminosos e levado ao chamado “auto de resistência”, ou seja, resistência seguida de morte; aumentando, assim o número de pessoas mortas em “operações” policiais, pois fica perceptível que essas mortes não são investigadas pelo Poder Público, para se saber se havia ou não envolvimento da pessoa com o tráfico e porque foi utilizada a força letal (O Globo, 06/12/1996).

TABELA II – MÊS DE DEZEMBRO DE 1996

LOCAIS OCUPADOS	RELATA VIOLÊNCIA ?	VITIMAS	JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO ?	CONCEPÇÃO CIDADANIA SUBJACENTE
Morro Dona Marta	Não identifica	Não informa	Pereira,H.	Mudar a Política de Segurança	Não	Que todos têm direito à garantia de Segurança

Fonte: Jornal O Globo, dia 06/12/1996.

Em uma operação da PM, durante a madrugada confirmou-se que boa parte das drogas que abastecem o mercado do Rio entra pela Baía de Guanabara. Na ocasião policiais do 22º BPM (Benfica) apreenderam 817 quilos de maconha no Conjunto Salsa e Merengue, no Complexo da Maré. O então Secretário de Segurança Pública Josias Quintal anuncio uma força - tarefa para combater o tráfico ilegal de drogas e armas na Baía de Guanabara e nos aeroportos.

O constatado é que o foco da repressão não tem sido os portos e aeroportos, mas as favelas cariocas, fazendo parecer à opinião pública que as drogas e armas brotam nas comunidades. Não vemos o esforço das polícias em

reprimir a entrada das drogas e dos armamentos ilegais no País ou no Estado do Rio de Janeiro, mas de um verdadeiro “combate militar” nos morros e favelas em uma ação que poderíamos chamar de “enxuga gelo” (O Globo, dia 10/06/1997).

TABELA III - MÊS DE JUNHO DE 1997

LOCAIS OCUPADOS	RELATA VIOLÊNCIA ?	VITIMAS	JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO ?	CONCEPÇÃO CIDADANIA SUBJACENTE
Conjunto Salsa e Merengue	Não identifica	Não informa	Edgar Arruda	Combater a rota marítima do tráfico	Não	NI *

Fonte: Jornal O Globo, dia 10/06/1997.

NI * = Não Identificado

Conforme um dos relatórios da Organização dos Estados Americanos (OEA) de 1997, elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), de acordo com a Tabela IV, o Brasil não tem oferecido as garantias necessárias a setores importantes da população brasileira com o objetivo de assegurar seus direitos humanos. Tal Comissão viajou pelo país com autorização do Governo e identificou que somos uma população “vibrante, violenta e discriminatória”.

“A distribuição dos gastos públicos, com serviços sociais -saúde, educação e previdência – convergem a favor dos ricos”, diz um trecho do relatório, obtido pelo Globo mencionado nesta matéria de 08/12/1997, na página 12.

Sobre a violência policial, de acordo com a reportagem, no relatório consta que a Polícia Militar continua a seguir o modelo repressivo imposto no período da Ditadura Militar, motivo pelo qual os membros dessas polícias orientam-se no sentido de agir de maneira violenta, objetivando prevenir ou aniquilar possíveis movimentos considerados “subversivos” (Jornal O Globo, 08/12/1997).

Nos Capítulos anteriores vimos que a polícia sempre foi treinada para “neutralizar” as ações advindas, principalmente dos segmentos mais empobrecidos da população, sendo sua ação útil à elite burguesa. Na contemporaneidade, o Estado Mínimo que vai sendo criado conforme os pressupostos Neoliberais, visa na realidade um Estado Penal Máximo, que contrapõe os efeitos violentos advindos das condições sócio-econômicas da maioria da população subalternizada e confinada às áreas consideradas de “risco”. (WACQUANT, 2001). Verifica-se diante dos fatos envolvendo mortos pela polícia, que tem ocorrido quotidianamente um verdadeiro etnocídio (SOARES, 2006). As pessoas que morrem em virtude da violência nos grandes centros urbanos e que está relacionado com ações da polícia são na maioria pobres e negras (O Globo, dia 08/12/1997).

TABELA IV – MÊS DE DEZEMBRO DE 1997

JORNALISTA	DISCURSO O GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO?	CONCEPÇÃO CIDADANIA SUBJACENTE
Passos, J. M.	Corrigir a omissão em relação à pobreza no Brasil	Não	Dar à população em condições de pobreza, o suficiente para (sobre) viver

Fonte: Jornal O Globo, dia 08/12/1997.

O Governo diminuiu substancialmente a verba orçamentária de acordo com esta reportagem de junho de 1998, destinada à Segurança Pública, restando ao setor apenas 10%, sendo que deste quantitativo foram gastos efetivamente menos de 2%.

Há indícios de desvio de verba conforme relatou um policial que não quis ser identificado.

Em uma delegacia de Três Rios (município do Rio de Janeiro), o único carro de polícia havia quebrado segundo a reportagem, e, em várias outras na região metropolitana havia goteiras quando chovia.

Hélio Luz, ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro (entre 1995 e 1997), conta que durante sua gestão teve que brigar com as secretarias de Planejamento e Fazenda para que elas liberassem recursos para o pagamento das contas.

Pelo exposto, a redução das verbas orçamentárias, afeta a maioria das Políticas Públicas, entre elas o da Segurança Pública o que dá margem ao aumento da Segurança Privada para os poucos que podem pagar por circuitos internos, carros blindados entre outros aparatos onde estes mesmos policiais na sua maioria são empregados. Não há investimento em educação, lazer, segurança pública, por exemplo, tornando cada vez mais dificultosa a vida de grande parte da população fluminense (O Globo, dia 07/06/1998).

TABELA V – MÊS DE JUNHO DE 1998

JORNA LISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO?	CONCEPÇÃO CIDADANIA SUBJACENTE
Alves, M. E e Garcia, R	Que não há necessidade de se investir na segurança anualmente, mas no quadriênio.	Não	NI*

Fonte: Jornal O Globo, dia 07/06/1998.

Houve troca de tiros entre quadrilhas rivais no Morro Dona Marta. O tiroteio começou às 05:30 horas (cinco horas e trinta minutos) e durou cerca de 1 (uma) hora. O confronto foi entre grupos de traficantes rivais, e diversos Policiais Militares entraram no Morro para tentar acabar com o confronto e prenderam três homens. Na ocasião uma mulher ficou ferida com um tiro na perna e três homens foram mortos durante a troca de tiros. Sabe-se que muitos moradores saem para

trabalhar de madrugada, pois seus locais de trabalho são geralmente distantes do local onde moram, neste dia era uma sexta-feira pela manhã, aqueles que por motivo de segurança não saem no horário certo para o trabalho, portanto, são prejudicados, pois para quem reside nos locais, a violência ocorre quotidianamente, valesse ressaltar que muitas crianças deixam de à escola devido aos confrontos entre os grupos de traficantes rivais ou entre estes e a polícia, e tal fato tem refletido de forma negativa no desenvolvimento social da maioria da população (O Globo, dia 14/12/1998).

TABELA VI-MÊS DE DEZEMBRO DE 1998

LOCAIS OCUPADOS	RELATA VIOLÊNCIA?	VITIMAS	JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO?	CONCEPÇÃO O CIDADANIA SUBJACENTE
Morro Dona Marta	Sim	3 mortos e 1 ferido	Editorial	NI	Não	NI

Fonte: Jornal O Globo, dia 14/12/1998.

Nesta matéria houve a seguinte menção: “*menina de 12 anos morre vítima de bala perdida*”, tal fato ocorreu quando a Polícia Militar resolveu fazer uma operação no Morro do Salgueiro, na Tijuca, onde a menina Vanessa foi atingida por bala perdida, indo a óbito; na mesma ocasião sua tia e prima, foram feridas também por bala perdida. Parentes das vítimas estiveram no hospital e acusaram os policiais de subir o morro atirando. O que confirma o conteúdo do relatório da Anistia Internacional de 2005, cujo título é “Brasil: Eles entram atirando”, onde há vários relatos de ações policiais que acabam vitimando, sobretudo, a população residente nas comunidades socialmente “excluídas”, que ficam à mercê das ações policiais brutais e dos traficantes de drogas.

Observamos que cada vez mais pessoas morrem em função da “guerra” travada contra o tráfico; e, as autoridades apenas emitem notas lamentando as mortes, mas dizem que precisam continuar combatendo a “criminalidade” (O Globo, dia 17/06/1999).

TABELA VII – MÊS DE JUNHO DE 1999

LOCAIS OCUPADOS	RELATA VIOLÊNCIA?	VITIMAS	JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO?	CONCEPÇÃO O CIDADANIA SUBJACENTE
Morro do Salgueiro	sim	1 morto e 2 feridos	Fernandes, N. e Gianotti, R.	NI	Não	NI

Fonte: Jornal O Globo, dia 17/06/1999.

Esta reportagem diz, que o “Governo do Estado pagará a 2.250 policiais civis e militares a gratificação de R\$ 500, 00, por redução da criminalidade. Nas seguintes áreas de segurança: Leblon, São Gonçalo e Teresópolis”. Com base nas estatísticas de homicídios, as gratificações são concedidas para áreas com menor índice. Porém, entendemos que este tipo de gratificação favorece uma corrida pelo aumento da repressão e o conseqüente exagero na atuação policial, que acirra ainda mais os conflitos sociais e a impunidade cometida pelas forças policiais, tal ação foi considerada em reportagem anterior, de dezembro de 1996, como “gratificação faroeste”, pelo prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (O Globo, dia 01/12/1999).

TABELA VIII– MÊS DE DEZEMBRO DE 1999

JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU	CONCEPÇÃO CIDADANIA
-------------------	-------------------------	--------------------------	----------------------------

		OPINIÃO?	SUBJACENTE
Editorial	Incentivo “financeiro” ao policial	Não	NI*

Fonte: Jornal O Globo, dia 01/12/1999.

Devido a um intenso tiroteio ocorreu o fechamento dos acessos do elevado Paulo de Frontin por 30(trinta) minutos, de acordo com esta reportagem, e,na ocasião uma jornalista foi atingida por tiros. De acordo com os moradores o confronto foi entre grupos de traficantes rivais. Logo após houve a ocupação do local pela PM, que encontrou munição, drogas e colete a prova de balas. Ninguém foi preso na ocasião.

Na fala de um motorista que passava no local, ficou evidente o sentimento de impotência que é experimentado quando se é alvo da violência.

- A gente só sente realmente a violência quando ela acontece com alguém próximo ou conosco mesmo.

Já outro motorista, americano, que também ficou assustado com os tiros desabafou: “– Há dois anos, um homem entrou armado no ginásio onde eu jogava e tentou matar um amigo meu. Numa festa na minha cidade natal, Clovis, no Novo México, 12 pessoas trocaram tiros. Ele não culpou o Rio ou o Brasil. Para ele a violência existe em qualquer grande aglomeração urbana. E ela já existia no Rio de Janeiro, só não era vista. E acrescentou – Este tipo de “coisa” ,acontece todo dia, mas com pessoas pobres em lugares distantes.Só sentimos quando acontece com pessoas próximas ou com gente que aparece na televisão ”.

O comentário feito pelo jogador americano é muito pertinente, pois estabelece uma relação que remete ao que explicitamos no Capítulo I, o qual é sentida nos últimos anos, que os países capitalistas têm enfrentado um aumento expressivo da violência e criminalidade, consequência das profundas desigualdades sociais fruto do Modelo de Produção Capitalista.As “refrações da questão social” são sentidas pelas camadas média e alta quando estas ou seus

próximos são atingidos pela violência e criminalidade no quotidiano das cidades, daí surgem inúmeras reações, passeatas, protestos públicos, e, discursos conservadores como o apelo ao aumento da maioria penal, pena de morte e outros, que não são sugeridos àqueles que cometem, por exemplo, o chamado crime do “colarinho branco”. Aparece o conflito entre as pessoas de “bem” *versus* as pessoas “faveladas”, onde estas representariam a desordem urbana sendo assim, considerados elementos criminógenos, ou seja, que estariam *propensos* a cometer algum crime (O Globo, dia 17/06/1999).

TABELA IX – MÊS DE JUNHO DE 2000

LOCAIS OCUPADOS	RELATA VIOLÊNCIA?	VITIMAS	JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO?	CONCEPÇÃO O CIDADANIA SUBJACENTE
Morro Paula Ramos	sim	1 ferido	Bottari, E. e Martins, J.	Fazer incursões para evitar confronto entre traficantes rivais	Não	NI*

Fonte: Jornal O Globo, dia 17/06/1999.

O traficante Mauro dos Reis Castellano, conhecido como Gigante, 38 anos, foi morto em uma das galerias do Presídio Bangu III. Há um inquérito criminal aberto para apurar a *causa mortis*, o que poderá levar o Estado a indenizar a família pois o mesmo estava sob a tutela do Estado.

Na favela Nova Holanda, no complexo da Maré, área em que ‘Gigante’ atuava, amanheceu de portas fechadas. Cerca de 10 (dez) policiais do BOPE passaram a madrugada na Nova Holanda para evitar qualquer manifestação dos traficantes da favela. Pela manhã foi chamado reforço de policiais do 22º BPM (Benfica) e do Grupamento Tático Móvel (GETAM).

- Fomos garantir a segurança dos moradores. Mas não podemos obrigar ninguém a abrir sua loja - disse o Comandante do Policiamento da Capital da PM, Rosenberg Rodrigues.

- Ficaremos lá o tempo que for necessário para manter a paz. Os comerciantes não abrem as portas porque não querem, pois garantimos a ordem – disse o Comandante do 22º BPM, tenente-coronel Mauro Figueiredo (O Globo, dia 29/12/2000).

TABELA X – MÊS DE DEZEMBRO DE 2000

LOCAIS OCUPADOS	RELATA VIOLÊNCIA?	VITIMAS	JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO ?	CONCEPÇÃO CIDADANIA SUBJACENTE
Favela Nova Holanda	sim	Não	Editorial	“Ocupação” da polícia para evitar ações do Tráfico	Não	Garantias civis aos moradores da favela

Fonte: Jornal O Globo, dia 29/12/2000.

Em uma operação policial no morro do Dendê, um policial foi morto e quatro pessoas ficaram feridas em um confronto com traficantes. Foram pelo menos 5(cinco) horas de intenso tiroteio, que aterrorizou os moradores e deixou um rastro de destruição: pela manhã, o cenário era de uma praça de guerra; com casas e carros atingidos pelos tiros e cápsulas espalhadas pelo chão, não havia energia e nem as lojas abriram. A polícia ocupou o local por tempo indeterminado.

“Esta operação fez parte de um trabalho idealizado por 10 (dez) dias pela Secretaria de Segurança Pública e foi denominada de ‘Operação Tornado’” - informou o coronel D’Ambrósio.

O resultado da “Operação Tornado”, que como sugere o nome, deixou um rastro de destruição no local e tornou mais dificultosa ainda a vida dos residentes

do morro, que lutam para conseguir comprar ou reformar uma casa ou carro e vê tudo destruído da noite para o dia (O Globo, dia 01/06/2001).

TABELA XI – MÊS DE JUNHO DE 2001

LOCAIS OCUPADOS	RELATA VIOLÊNCIA?	VITIMAS	JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO ?	CONCEPÇÃO CIDADANIA SUBJACENTE
Morro do Dendê	sim	1 PM morto e 4 PMs feridos	Editorial	NI	Não	NI*

Fonte: Jornal O Globo, dia 01/06/2001.

Nesta reportagem pudemos perceber a disputa entre os governos estadual e municipal para saber a quem pertence ou não a responsabilidade nas ações que envolvem a segurança pública. Garotinho de um lado, no Governo Estadual, César Maia, de outro no Governo do Municipal, ambos trocaram acusações. O prefeito criticou a decisão do governo estadual de mudar a estratégia de combate ao tráfico de drogas de “ocupações” para “operações”. Garotinho disse que César não entendia do assunto e que estava tentando esconder as falhas de sua administração.

Na realidade nem um nem outro de fato tem o perfil de quem sabe sobre questões que envolvem a segurança pública. E o mais interessante é que as diferenças entre eles não ajudam em nada a resolver as questões da violência e criminalidade no Estado do Rio de Janeiro, cujas discussões deveriam apontar para uma melhoria das redes de ensino e/ou da saúde pública, por exemplo (O Globo, dia 19/12/2001).

TABELA XII – MÊS DE DEZEMBRO DE 2001

JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO?	CONCEPÇÃO CIDADANIA SUBJACENTE
Gripp, A. e Garcia,R.	Discussão sobre de quem é a responsabilidade pela Segurança Pública	Não	NI*

Fonte: Jornal O Globo, dia 19/12/2001.

Traficantes e PMs do Batalhão de Choque trocaram tiros no Morro da Mineira durante a madrugada e um homem não identificado foi gravemente ferido, conforme relato do jornalista. Estes corriqueiros confrontos entre policiais e traficantes acabam não só prejudicando os moradores nos seus locais de moradia, mas também, por exemplo, sua ida ao trabalho, à escola, aos serviços públicos. Devido ao confronto os alunos do Educandário Nossa Senhora de Nazaré e da Escola Municipal Estados Unidos localizados no Catumbi, ficaram sob fogo cruzado na semana anterior, tendo então que suspender as aulas.

É importante ressaltar que a ação e a presença da polícia nestas comunidades, traz medo e intranquilidade para a população mais “vulnerável” que nelas residem, pois apesar da “aparente” calma no local, os moradores ainda temiam novos confrontos, que poderiam ser desencadeados a qualquer momento (O Globo, dia 04/06/2002).

TABELA XIII– MÊS DE JUNHO DE 2002

LOCAIS OCUPADOS	RELATA VIOLÊNCIA?	VITIMAS	JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO?	CONCEPÇÃO CIDADANIA SUBJACENTE
Morro da Mineira	sim	1 morto	Editorial	NI	Não	Direito civil e Direito social, garantidos à população

Fonte: Jornal O Globo, dia 04/06/2002.

Esta reportagem tem como cenário o I Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. No local havia 3 (três) réus, os policiais militares acusados de matar por asfixia o seqüestrador do ônibus 174 (cento e setenta e quatro), Sandro do Nascimento em junho de 2002. A tese da defesa é de que não houve crime, pois o golpe aplicado pelo capitão Ricardo de Souza Soares, conhecido como mata-leão seria uma técnica de imobilização usada até mesmo em campeonatos de jiu-jítsu.

- Sandro não era um assaltante comum. Ele era um terrorista urbano. Ele procurou sua própria morte ao se debater quando estava sendo imobilizado.- defendeu o advogado dos policiais.

Tal episódio foi visto como um espetáculo na ocasião e depois visto no Brasil e no Exterior, tido como um entretenimento pelo seu possível final sangrento. Toda esta transmissão colocou em atividade uma máquina de consumo (O Globo, dia 11/12/2002).

TABELA XIV– MÊS DE DEZEMBRO DE 2002

JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	EMITIU OPINIÃO?	CONCEPÇÃO DE CIDADANIA SUBJACENTE

Editorial	NI	Não	Alguns tipos de criminosos não precisam de garantia à vida
-----------	----	-----	--

Fonte: Jornal O Globo, dia 11/12/2002.

Em uma Pesquisa feita com base nos registros policiais pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (CESEC/UCAM), mostrou que a polícia, principalmente a carioca, mata mais e morre mais e os índices de violência não caem, ficou evidente nos índices que as vítimas de auto de resistência(civis mortos supostamente em confronto com a polícia) no estado aumentou 153, 3% entre 1998 e 2002.

O levantamento mostrou que em 1999, quando foram registradas 289 vítimas, houve uma queda de 18,5% em relação ao ano anterior (355 casos). Mas, a partir daí, o número só fez crescer, chegando a 900 mortos em 2002.

Por outro lado, o número de policiais mortos também aumentou nos últimos anos. De acordo com a pesquisa do CESEC, em 1998 morreram no Estado do Rio 99 PMs, número que saltou para 170 em 2002, representando um crescimento de 71,7%. De 2001 a 2002, o número de PMs mortos no estado quase dobrou: subiu 86,8%.

De acordo com Leonarda Musumeci, professora do Instituto de Economia da UFRJ e coordenadora da área de criminalidade e violência do CESEC, a polícia tem agido de forma equivocada, e, não tem se resolvido o problema da criminalidade. Tem havido um aumento exorbitante na morte de civis e policiais e tudo isso sem qualquer resultado palpável, sem qualquer benefício para a população.

Verificamos que há uma verdadeira “guerra” devido a crescente “militarização” das corporações policiais de um lado, e, do outro, os criminosos, principalmente os que atuam com o Tráfico de Entorpecentes, que têm cada vez mais têm exibido e utilizado armamento sofisticado. Pode-se considerar que a

população sofre uma dupla ameaça, pois de um lado a polícia não poupa quem esteja na frente ocasionando mortes cada vez em maior quantidade de pessoas envolvidas ou não com tráfico de drogas, pois se observa nos discursos e ações da polícia a motivação em eliminar o oponente de maneira letal e não somente promover o encarceramento (O Globo, dia 09/06/2003).

TABELA XV– MÊS DE JUNHO DE 2003

JORNA LISTA	DISCURSO GOVERNO	EMITIU OPINIÃO?	CONCEPÇÃO CIDADANIA SUBJACENTE
Marqueiro, P.	Contradiz a pesquisa e diz que há queda nas taxas nos homicídios	Não	NI

Fonte: Jornal O Globo, dia 09/06/2003.

Chacina nas barbas da Polícia. Esta reportagem relata um confronto entre traficantes da mesma facção pela disputa do controle do “Morro do Dendê” na Ilha do Governador. Na ocasião, policiais do 13º BPM (Tiradentes) e do 19º BPM (Copacabana), estavam de prontidão nas entradas do Dendê, mas não entraram na favela. Os criminosos armados de fuzis, por volta de 1(uma) hora, invadiram o morro do Dendê por diferentes acessos e atacaram os rivais em diferentes pontos da favela, eles atiraram contra veículos e paredes das casas. Após o fato, policiais do 17º BPM (Ilha) passaram a ocupar o Morro. No conflito morreram 8 (oito) pessoas. Segundo o delegado titular da 37ª Delegacia de Polícia (DP) da Ilha, José Pedro Costa da Silva, todos tinham alguma ligação com o tráfico (O Globo, dia 08/12/2003).

.TABELA XVI –DEZEMBRO DE 2003

LOCAIS OCUPADOS	RELATA VIOLÊNCIA ?	VITIMAS	JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO?	CONCEPÇÃO CIDADANIA SUBJACENTE
Morro do Dendê	Sim	8 mortos e 8 feridos	Editorial	Que os todos os mortos tinha ligação com o tráfico	Não	NI*

Fonte: Jornal O Globo, dia 08/12/2003.

Em uma operação policial no Morro do Fogueteiro, no Catumbi, 3 (três) adolescentes foram mortos supostamente por policiais do GETAM. De acordo com testemunhas os jovens haviam sido presos e espancados pelos policiais na noite anterior e na manhã do dia seguinte seus corpos foram encontrados com marcas de tiros, sendo a maioria na cabeça.

Uma vez mais nos deparamos com ações como estas em que há indício de execuções extrajudiciais, que objetivam “eliminar” o elemento, como se diz nos jargões da polícia. Alguns destes casos também podem ser “queima” de arquivo, pois têm crescido cada vez mais o envolvimento de policiais com o Tráfico, e muitos para não serem descobertos acabam eliminando os alcagüetes (O Globo, 16/06/2004).

TABELA XVII – JUNHO DE 2004

LOCAIS OCUPADOS	RELATA VIOLÊNCIA	VITIMAS	JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA	CONCEPÇÃO CIDADANIA
------------------------	-------------------------	----------------	-------------------	-------------------------	-------------------	----------------------------

	CIA?				EMITIU OPINIÃO ?	SUBJACENT E
Morro do Fogueteiro	Sim	3 adolescente s motos	Alves, M. A. e Araújo, V.	NI*	Não	NI*

Fonte: Jornal O Globo, dia 16/06/2004.

Esta reportagem em especial me chamou a atenção pela cena que ficou registrada onde uma menina de apenas 6 (seis) anos , que vendia balas nos calçadões da Zona Sul foi arrastada pelo braço por um policial, aos prantos.As pessoas que passavam no local divergiam de opinião, uns diziam que a força utilizada no recolhimento das crianças e adolescentes em “situação de risco” era abusiva e outros diziam que elas não podiam por si mesmas decidir se querem ou não “perambular” pelas ruas, que têm que ser recolhidas e indagavam onde estariam seus pais naquele momento.

Ficou evidente na reportagem a criminalização da pobreza nesta “operação policial” quando crianças e adolescente foram perseguidos, arrastados, muitos choravam, se desesperavam com a situação que estavam vivenciando.

Observamos que as autoridades “fecham” os olhos para a situação de pobreza e miséria porque passa a maioria da população brasileira, sem saber o real motivo daquelas crianças estarem ali.Ao passo que percebemos a reportagem na página seguinte que tinha por título: Transatlânticos melhoram o balanço do turismo do Rio.O relato é de que no dia seguinte ao recolhimento daquelas crianças e adolescentes, o Rio de Janeiro estaria recebendo no píer da praça Mauá 11 mil estrangeiros, que provavelmente deixariam na cidade cerca de US\$ 3 milhões.Só para retomar o que explicitamos no Capítulo II na página 64, “*No Neoliberalismo, o pobre, é supérfluo, percebe-se isso mediante a chamada “gestão da miséria”, que tem gerado uma crescente criminalização e encarceramento das camadas sociais empobrecidas*”(O Globo, dia 04/12/2004).

TABELA XVIII –DEZEMBRO DE 2004

LOCAIS OCUPADOS	RELATA VIOLÊNCIA?	VITIMAS	JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO ?	CONCEPÇÃO CIDADANIA SUBJACENTE
Bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon	Sim	20 crianças e adolescentes vítimas de violência simbólica	Soler, A.	Discurso da “lei e da ordem”	Não	NI*

Fonte: Jornal O Globo, dia 04/12/2004.

Um projeto de lei sancionado pela ALERJ em junho de 2005, aprovou a construção de muros de 2 (dois) metros em vias expressas administradas pelo Estado, o referido projeto é de autoria do deputado Jorge Theodoro, conhecido como Dica do atual partido dos Democratas.

O deputado disse que decidiu apresentar o projeto para tentar evitar que “bandidos” pulassem as muretas e que controlassem as duas mãos de vias expressas como a Linha Vermelha. Ele afirmou que não tem qualquer intenção de segregar as favelas.

Discursos e ações como a que o deputado apresentou e foi aprovado pela ALERJ, podem até ser não-intencionais, mas produzem nas relações sociais reflexos tão sérios e de aprofundamentos das desigualdades e discriminações sociais, que recrudescem ainda mais a discriminação e criminalização dos residentes em áreas economicamente desfavoráveis (O Globo, dia 02/06/2005).

TABELA XIX – JUNHO DE 2005

JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO?	CONCEPÇÃO CIDADANIA SUBJACENTE
Soler, A.	Discurso da “lei e da ordem”	Não	NI*

Fonte: Jornal O Globo, dia 02/06/2005.

Laudo da perícia feita nos cadáveres de 5 (cinco) adolescentes mortos em ‘suposto’ confronto com a PM, no Morro do Estado em Niterói, mostra que houve execução sumária: quantidade alta de tiros dados pelas costas e a curta distância, segundo o deputado Alessandro Molon, integrante da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ).

Os 4 (quatro) PMs do 12º BPM (Niterói) que participaram da “operação” foram ouvidos individualmente, e, segundo o deputado houve contradição entre as declarações dos policiais envolvidos.

O Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, deputado Geraldo Moreira, acompanhou a reconstituição e disse que do lado em que os policiais estavam não havia sequer uma marca de tiro. Dá impressão de que só eles atiraram – comentou o deputado (O Globo, dia 07/12/2005).

TABELA XX – MÊS DE DEZEMBRO DE 2005

LOCAIS OCUPADOS	RELATA VIOLÊNCIA?	VITIMAS	JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO?	CONCEPÇÃO O CIDADANIA SUBJACENTE
Morro do Estado (Niterói)	Sim	5 mortos	Torres, A. C. Martins, M. A. e Pernambuco, M.	Que os todos os mortos tinha ligação com o tráfico	Não	NI*

Fonte: Jornal O Globo, dia 07/12/2005.

A Escola Municipal Henrique Fóreis, localizada na subida do Morro da Fazendinha, no Complexo do Alemão, Inhaúma, na ocasião da reportagem estava à beira de fechar as portas devido à violência.

Após uma reunião com os pais dos alunos e professores, a maioria destes disseram que iam pedir transferência, o fato tornou-se alarmante, principalmente após um tiroteio na favela, quando 17(dezessete) crianças ficaram feridas, 6(seis) por tiros e 11(onze) por estilhaços de vidro.

Tal situação não tem sido uma novidade na vida de quem mora e trabalha em comunidades. Em uma conversa, faz algum tempo, com uma amiga que leciona em uma comunidade muito conhecida do Rio de Janeiro, a mesma relatou-me um fato que também faz parte do cotidiano das crianças e adolescentes moradores destas localidades. Ela disse que muitas crianças são mandadas para as escolas para aprenderem a escrever e a fazerem cálculos sendo aliciadas pelo Tráfico de Drogas a prestarem seus serviços de “contabilidade” (O Globo, dia 10/06/2006).

LOCAIS OCUPADOS	RELATA VIOLÊNCIA?	VITIMAS	JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO ?	CONCEPÇÃO O CIDADANIA SUBJACENTE
Morro da Fazendinha	sim	17 crianças	Costa, A. C e Magalhães, L. E.	Apoio à comunidade	não	Garantia de direitos civis e sócias à população empobrecida

Fonte: Jornal O Globo, dia 10/06/2006.

A operação empreendida pela Polícia Federal (PF) na Favela do Muquição para prender policiais envolvidos com o tráfico de drogas flagrou em escutas telefônicas autorizadas pela justiça, PMs negociando com o Tráfico, armas e drogas. Na ocasião a PF, prendeu 78 PMs.

É fato que há corrupção policial quotidianamente e esta precisa ser combatida e severamente punida, pois se espera do policial uma ação que esteja dentro das normas legais. Porém sabemos que a corrupção está presente não só na Instituição Policial, mas em toda parte, nos poderes executivo, legislativo e judiciário, em todas as esferas, federal, estadual e municipal, está inserida em nossa sociedade há tempos, e, devido à imunidade-impunidade que reina diante daqueles que detêm o poder a violência se perpetua, e faz com que todos sejamos vítimas dessa sociedade que cada vez mais tem se tornado desigual.

Enquanto as autoridades governamentais “fecharem os olhos”, deixando de ter uma visão holística, continuando a agir de forma extremamente conservadora, a violência e a criminalidade continuarão se perpetuando em toda a sociedade (O Globo, dia 16/12/2006).

LOCAIS OCUPADO S	RELATA VIOLÊNCIA?	VITIMAS	JORNALISTA	DISCURSO GOVERNO	JORNALISTA EMITIU OPINIÃO ?	CONCEPÇÃO O CIDADANIA SUBJACENTE
Favela do Muquiço	Não	Não	Editorial	Que todos os mortos tinham ligação com o tráfico	Não	NI*

Fonte: Jornal O Globo, dia 16/12/2006.

À GUIA DE CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho buscamos refletir acerca da criminalização da pobreza que advém das inúmeras ações e discursos das autoridades competentes na área da Política de Segurança Pública e também dos segmentos conservadores da sociedade brasileira, e que têm atingido as populações residentes nas periferias, principalmente nas favelas cariocas.

Através de uma análise dos processos históricos da urbanização da cidade do Rio de Janeiro, verificamos que a discriminação para com a população empobrecida, já está presente na realidade da cidade há muito tempo, e tem se agravado, sobretudo nas últimas décadas, com o surgimento do Estado Penal que visa conter as chamadas “classes perigosas”. Essa nova configuração do Estado faz parte das medidas implementadas pelo atual estágio do Capitalismo Monopolista conhecido como Neoliberalismo, onde o pobre se torna supérfluo, na medida em que a maioria das pessoas são inempregáveis, isto é, não há mais espaço para estes no setor formal da economia, e, aos que trabalham no setor informal são-lhes reservada uma forte repressão por parte dos agentes do Estado.

Percebemos no presente estudo que a instituição policial - como órgão do Estado - representa as contradições inerentes à sociedade em que está inserida e expressa uma correlação de forças políticas desta sociedade. Assim, sabe-se que a polícia brasileira surgiu com o objetivo de garantir os interesses dos mais privilegiados economicamente, protegendo seu patrimônio.

Compreendemos também neste íterim, que a questão criminal é bem complexa na sociedade capitalista do que a forma tendenciosa de articular a criminalidade e as condições de pobreza, principalmente em países de economia periférica como o Brasil. Portanto percebemos que a criminalidade e violência estão presentes em todos os setores e classes sociais, através dos conflitos e das desigualdades que permeiam a sociedade.

Verificamos também que as coberturas sensacionalistas, por certos setores da imprensa, dos crimes violentos, têm reforçado os estereótipos discriminatórios e ao mesmo tempo distorcido a realidade fazendo aumentar os apelos por métodos

mais repressivos no combate à criminalidade. Há na realidade, um desvio do foco da questão que é a extrema desigualdade social, racial, e, por vezes de gênero, contidas na sociedade, e, portanto da intensa concentração de riqueza/ renda nas mãos de poucos e a concentração de pobreza/ miséria nas mãos da maioria da população.

Outro dado relevante neste estudo diz respeito ao seguimento alvo da Política de Segurança Pública, cujo perfil aparece na maioria das pesquisas feitas por autores interessados no assunto, que consta de jovens do sexo masculino, entre 15(quinze) e 24(vinte quatro) anos de idade, de baixa escolaridade e renda e na sua maioria moradores das favelas ou periferias da cidade.

Mediante uma perspectiva crítica, com base em reportagens que mostram as ações policiais nas comunidades empobrecidas do Rio de Janeiro e também de livros e outras fontes de alguns autores que vêm estudando o tema, buscamos fomentar a partir de alguns argumentos, uma reflexão não só acadêmica, mas direcionada a todos e todas que lutam pelo respeito aos direitos humanos e de cidadania em nossa sociedade.

Não temos aqui, a pretensão em dar respostas, mas proporcionar que este tema esteja em pauta no Serviço Social e na sociedade em geral, para que sejam formuladas e implementadas medidas concretas que visem à mudança do modelo de ação das polícias, ao aumento das políticas sociais que busquem minorar as desigualdades sociais e ao combate dos preconceitos dirigidos às populações empobrecidas.

Tencionamos em outro momento, aprofundar a temática aqui em voga. Procuraremos também falar mais a respeito dos crimes que envolvem a elite brasileira.

Com efeito, cabe ressaltar que o assunto não se esgota, e poderá ser relacionado a outras temáticas de igual relevância.

REFERÊNCIAS

Livros

Almeida, Suely S. **“Violência e Direitos Humanos no Brasil”**. In: Revista Praia Vermelha, nº 11. Estudos de Política e Teoria Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ, 2004.

Andrade, Vera. **A Ilusão de Segurança Jurídica**. Porto Alegre, Livro do Advogado, 1997.

Batista, Vera Malaguti. **A Nomeação do Mal**. In: Criminologia e Subjetividade, Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2005.

Behring, E. **Brasil em contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo, Cortez, 2003.

Carvalho, Salo de. **Observações sobre as (Dis) Funções do Controle Penal na Sociedade Contemporânea**. In: Criminologia e Subjetividade, Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2005.

Chomsky, Noam. **O lucro ou as Pessoas: neoliberalismo e ordem global**. Tradução Pedro Jorgensen Jr, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

Dornelles, João R. W. **Entre Pombos e Falcões. Conflito e Segurança Pública no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2003.

Garotinho, Anthony. **Violência e criminalidade no Estado do Rio de Janeiro: diagnóstico e propostas para uma política democrática de segurança pública**. Rio de Janeiro: Alma, 1998.

Gómez, José Maria. **Direitos Humanos, Desenvolvimento e Democracia na América Latina**. In: Revista Praia Vermelha nº 11. Programa de Pós-Graduação em serviço Social, Rio de Janeiro, 2004.

Guerra, Yolanda. **O Serviço Social frente à crise contemporânea: demandas e perspectivas**. In: rev

Harvey, D. **Condição Pós- Moderna**. São Paulo, Loyola, 1992.

Júnior, João Carlos Galvão. **Criminologia Dialética. Das Imperfeições do Direito Criminal: Da Permanente Contestação Crítica Construtiva, Vol.I**. Rio de Janeiro, NPL, 2001.

Kolker, Tania. **Instituições Totais no Século XXI**. In: Criminologia e Subjetividade, Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2005.

Marshall, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

Matos, Maria Izilda Santos de e Soihet, Rachel. **O Corpo Feminino em debate**. São Paulo, Unesp, 2003.

Mattos, Virgílio de. **Trem de Doido: O Controle Especial do Controle Total**. In: Criminologia e Subjetividade, Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2005.

Menegat, Marildo. **Quem Decidiu esta Guerra em que Todos Morremos?** In: Criminologia e Subjetividade, Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2005.

Netto, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.

Rauter, Cristina. **Para Além dos Limites**. In: Criminologia e Subjetividade, Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2005.

Sader, E. e Gentili, P. (org). **Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

Santos, B. S. **“Por uma concepção multicultural de direitos humanos”**. In: Santos, B. S. Os Caminhos do Cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

Sevcenko, Nicolau. **A Revolta da Vacina: Mentres Insanas e Corpos Rebeldes**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

Soares, Luiz Eduardo. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

Wacquant, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro, Revan, 2001.

_____. **A Penalização da Miséria e o Avanço do Neoliberalismo**. In: Ramalho, R & Santana, M A (orgs). **Além da Fábrica**. São Paulo, Boitempo, 2003.

Yasbek, M. C. **Classes subalternas e assistência social**, São Paulo, Cortez, 1996.

Zaluar, A. e Alvito, M (orgs). **Um século de Favela**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

Zaffaroni, E.R. **Buscando o Inimigo: De Satã ao Direito Penal Cool**. In: Criminologia e Subjetividade, Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2005.

Zamora, Helena Maria. **Estética, Controle e Resistência**. In: Criminologia e Subjetividade, Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2005.

Teses, Trabalhos de Graduação e etc...

Teses, Trabalhos de Graduação e etc...

Branth, Talita de Mattos. **No Caminho da Luta pela Moradia Digna: Política de Habitação e Serviço Social no Rio de Janeiro**. Trabalho de Conclusão de Curso Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

Inoue, Mariléia Franco Marinho. **A Marginalidade como exigência da Acumulação Capitalista. A assimilação do debate teórico pelo serviço Social**. Dissertação de Mestrado, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

Rosalino, Ana Paula. **Criminalização da Pobreza: notas sobre os impasses do Serviço Social no Sistema Prisional**. Trabalho de Conclusão de Curso, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

Souza, Maria da Conceição Rodrigues de. **A banalização da Violência entre Crianças de 06 a 10 anos em uma Escola Pública do Complexo da Maré**. Trabalho de Conclusão de Curso, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Titoneli, Melissa Cristina de Souza. **A Patologização do Fenômeno da Violência**. Trabalho de Conclusão de Curso, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Leis, Documentos, Resoluções e etc...

Brasil, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

Cress. **Assistência Social: Ética e direitos**. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro, 7ª Região, 2004.

Onu. **Relatório da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais**. Rio de Janeiro, 2007.

Anistia Internacional. Relatório: **Brasil: Eles entram atirando: Policiamento de comunidades socialmente excluídas**. Reino Unido, 2005.

Hemerografia

Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro - ISP. **Boletim mensal de monitoramento e análise, fevereiro de 2007.** Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br>. Acesso em: 07/01/2008.

Violência en Río: el drama de los que habitan las favelas. Disponível em: <http://www.ucamcesec.com.br>. Acesso em 31/10/2007.

<http://www.wikipedia.org.br> Acesso em 31/10/2007.

Violência Institucional ainda é um dos fatores mais preocupantes contra adolescentes. Disponível em :
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd250805.htm>

Periódicos

Werneck, A. **Traficantes de Lucas tentaram acordo com a Polícia.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 04 junho de 1996.p.17.

Fernandes, N. **Sede da Prefeitura na linha de tiro.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 06/12/1996 p.10.

Arruda, E. **Um Golpe na rota marítima do tráfico.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 10/06/1997 p.10.

Passos, J. M. **Relatório da OEA diz que Brasil desrespeita os direitos humanos e privilegia os ricos.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 08/12/1997 p.12

Editorial. **PM é baleado e expulso de casa por traficantes.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 04/12/1997 p.11.

Alves, M. E. e Garcia, R. **Menos recurso para a Polícia.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 07/06/1998 p.18.

Editorial. **Guerra no Dona Marta deixa três mortos.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 14/12/1998.10.

Fernandes, N. **Menina de 12 anos morre vítima de bala perdida.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 17/12/1999 p.12.

Editorial. **Policiais do Leblon recebem gratificação.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 01/12/1999.12.

Bottari, E. e Martins, J. **Polícia ocupa favela sobre o Túnel Rebouças.**Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 16/06/2000 p.15.

Editorial. **Secretário de Segurança Pública admite indenizar família de bandido morto.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 29/12/2000 p.

Editorial. **Traficantes matam PM durante operação na Ilha.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 01/06/2001 p.18

Gripp, A. e Garcia, R. **César contra seqüestros relâmpagos.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 19/12/2001 p.16.

Editorial. **Uma semana após tiroteio, poucos alunos voltam às aulas no Catumbi.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 04/06/2002 p.16.

Araújo, V. **Ônibus 174: PMs dizem que não queriam matar ladrão.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 11/12/2002 p.23.

Marqueiro, P. **Segurança enxugando gelo.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 09/06/2003 p.9.

Editorial. **Chacina nas barbas da polícia.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 08/12/2003 p.12.

Alves, M. E. e Araújo, V. **PMs do Getam são presos.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 16/06/2004 p.11.

Soler, Alessandro. **Fora das ruas outra vez.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 04/12/2004 p.19.

Goulart, G. e Menezes, M. **Alerj aprova muros de 2 metros em vias estaduais.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 02/06/2005 p. 13.

Torres, A; Martins, A; Pernambuco, M. **PM decreta a prisão de 12 policiais de Niterói.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 07/12/2005 p.23.

Costa, A.C. e Magalhães, L. E. **Escola atingida por tiros pode fechar as portas.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 10/06/2006 p.19.

Editorial. **Um arrastão no 'Comando Azul'**. O Globo-Rio de Janeiro, 16/12/2006.p.16.

Soares, Ronaldo. **Sem hipocrisia.** Revista Veja, Rio de Janeiro, 31 outubro de 2007.p 11-15.

Ferraz, Joana D'Árc Fernandes. **Neoliberalismo promove a obsolescência da violência, mas deixa um rastro...** Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais, Rio de Janeiro, nº 62, setembro /2007.p. 6 -7.